



Anais da Assembleia

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

Ato da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 01/92

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo título II, capítulo III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por nove (09) membros, conforme requerimento recebido pela mesa, de autoria dos senhores Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, João Arruda, Nelson Justus, Tadeu Lúcio Machado, Rafael Greca de Macedo, Mário Bezerra, Paulo Maia, Colombino Grassano, Dr. Rosinha, Albino Corazza, João Iensen, Ademar Luiz Traiano, Ernani Pudell, Elio Rusch, Dalton Machuca, Valdir Rossoni, José Alves, Plauto Guimarães, Heinz Herwig, Hermas Brandão e Ovídio Constantino, na sessão ordinária do dia 24.03.92 e do requerimento aprovado na sessão do dia 07.04.92, com fundamento no disposto pelo § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, para apurar possíveis irregularidades no processo de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, devendo a mesma ser constituída por dois (02) Deputados do PMDB, por um (01) Deputado do PST, PFL, PTB, PDT, PRN, PL ou PT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 10.04.92

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Nota: O PT e o PL deverão, na presente composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, utilizarem-se do processo de sorteio para a indicação de um (01) membro.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Arruda, secretariada pelos Senhores Deputados Dalton Machuca e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Sil-

va, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Geraldo Cartário, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra e Nelson Justus (05). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM Nº 16/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o estabelecido no art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o incluso anteprojeto de lei dispendo sobre reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

O anexo Plano de Lei consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, subordi-

nam-se à atual capacidade do erário estadual. Esta proposição demonstra a grande e constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento dos salários dos servidores públicos de todas as esferas de governo.

A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em março de 1992, ficam, a partir de 1º de abril de 1992, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo Único, desta lei.

Art. 2º - O soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado fica fixado em Cr\$ 662.653,99 (seiscentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e noventa e nove centavos), e a tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com nova redação pelo art. 2º da Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 - Oficiais Superiores
Coronel.....1.000
Tenente-Coronel.....913
Major.....872

2 - Oficiais Intermediários
Capitão.....800

3 - Oficiais Subalternos
Primeiro-Tenente.....731
Segundo-Tenente.....658

4 - Praças Especiais
Aspirante a Oficial....532
Aluno (3º ano).....400
Aluno (2º ano).....382

Aluno (1º ano).....370

5 - Praças
Subtenente.....532
1º Sargento.....477
2º Sargento.....432
3º Sargento.....400
Cabo.....382
Soldado 1ª Classe.....370
Soldado 2ª Classe.....350

Art. 3º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....326,48%
Tenente-Coronel.....319,52%
Major.....312,68%
Capitão.....248,83%
1º Tenente.....70,27%
2º Tenente.....51,60%
Aspirante a Oficial.....48,69%
Aluno EFO - 3º ano.....11,85%
Aluno EFO - 2º ano.....7,99%
Aluno EFO - 1º ano.....3,97%
Subtenente.....48,21%
1º Sargento.....48,16%
2º Sargento.....48,15%
3º Sargento.....48,14%
Cabo.....24,43%
Soldado de 1ª Classe.....20,28%
Soldado de 2ª Classe.....2,50%

Art. 4º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de Cruzeiros), sendo Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros) de vencimentos básicos e Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 1.072,60 (um mil, setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos) e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 19.121,75 (dezenove mil, cento e vinte e um cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Art. 6º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Art. 7º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para Cr\$ 33.441,20 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e vinte centavos).

Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o art. 4º da Lei nº 9.109, de 06 de novembro de 1989

e o art. 6º da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 1.998,59 (um mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros e cinquenta e nove centavos).

Art. 9º - Os servidores que por força de decisão judicial tiverem incorporadas vantagens aos seus salários ou que, por adequação de reajuste, quando da transferência de órgãos da Administração Indireta para a Direta, possuam salários que extrapolam o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado serão enquadrados na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 30% (trinta por cento), sobre os valores vigentes em março de 1992.

Parágrafo Único - Os salários dos servidores que, após aplicado o disposto neste artigo, extrapolarem o valor da referência 11, permanecerão nessa situação, sujeitos apenas aos próximos reajustes gerais.

Art. 10 - A Gratificação pelo Exercício em Determinadas Zonas ou Locais, prevista no art. 172, item X, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, fica fixada em:

I - 130% (cento e trinta por cento) sobre o vencimento básico ou salário dos servidores ocupantes de cargos ou empregos de Inspetor de Presídio, de Guarda de Presídio e de Agente de Reclusão, em exercício nas Unidades Penais do Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU;

II - 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento básico ou salário dos servidores ocupantes de cargos ou empregos administrativos, em exercício nas Unidades Penais do Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN/SEJU; e

III - 90% (noventa por cento) sobre o vencimento básico ou salário dos servidores ocupantes de cargos ou empregos de nível superior, em exercício nas Unidades Penais do Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN/SEJU.

Art. 11 - Os níveis de vencimentos dos cargos de provimento em comissão e dos cargos de provimento efetivo da Coordenação da Receita do Estado são os fixados de conformidade com a Tabela X, constante do anexo único, da presente lei.

Art. 12 - Os salários dos integrantes do Grupo Ocupacional Atividade - Aviação são os fixados na Tabela XI, do anexo único desta lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração regulamentará o enquadramento dos servidores ocupantes dos empregos de que trata este artigo, efetuando alterações na fixação dos requisitos e na organização do Grupo Ocupacional.

Art. 13 - Ficam criados, no Plano de

Classificação de Cargos CLT, 05 (cinco) empregos de Piloto I, SGOCTS99, Classe A e 01 (um) emprego de Mecânico de Aeronaves, SGOCTS98, Classe E, no Grupo Ocupacional Atividade-Aviação.

Art. 14 - O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 15 - O limite máximo a ser pago, a qualquer título, aos servidores do Estado do Paraná não poderá ultrapassar a remuneração do Secretário de Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento), ficando revogadas as Leis nºs 9.105, de 23 de outubro de 1989 e 9.361, de 12 de setembro de 1990.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogados o parágrafo 1º do artigo 1º, artigo 2º e o artigo 3º da Lei nº 9.108, de 03 de novembro de 1989 e a Lei nº 9.524, de 08 de janeiro de 1991.

A Diretoria Legislativa.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Curitiba, 13 de abril de 1992.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Governador.

Por ocasião do reajuste de vencimentos dos servidores públicos da administração direta e das autarquias, no mês de janeiro de 1992, foi concedido pela Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, reajuste diferenciado de modo a diminuir as distorções salariais existentes entre as diversas categorias funcionais do funcionalismo.

Considerando que essas diferenças, apesar de minimizadas, ainda persistem e que o Governo elegeu como prioritárias as áreas de educação, segurança e saúde, propõe-se, novamente, um índice de reajuste diferenciado para o mês de abril do corrente.

Aos professores do magistério de 1º e 2º graus, a presente proposta prevê a concessão do índice de 62% (sessenta e dois por cento), objetivando amenizar a grande defasagem salarial em que se encontra a categoria.

Aos servidores policiais, civis e militares, o índice de reajuste é de 46,1% (quarenta e seis vírgula um por cento). Coronéis, demais oficiais superiores da Polícia Militar e Delegado de Polícia passam a receber salários equivalentes, em função do ajuste no escalonamento vertical e na Gratificação Policial Militar Especial.

Para os demais servidores, o índice de reajuste é de 30% (trinta por cento). São ainda reajustados, pelo mesmo índice, os valores do salário-família, das pensões especiais, da gratificação de produtividade

de e as funções gratificadas.

A remuneração de Secretário de Estado fica fixada em Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) e o "reduzidor" de salários passa a ser aplicado a partir desse valor.

Os cargos de provimento em comissão e

os valores das gratificações de representação em comissão ao exercício desses cargos, serão corrigidos em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Respeitosamente,

(a) LUIS GASTAO A. F. DE CARVALHO
Secretário de Estado

ANEXO: 0022 DE 1992

TABELA 1

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E CLT TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

GRUPO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	204.627,54	212.812,64	221.325,15	230.178,15	239.385,28	248.968,69	258.919,12	269.275,88	280.046,92	291.248,79	302.898,75
B	225.099,29	234.093,91	243.457,66	253.195,97	263.323,81	273.856,76	284.811,83	296.203,47	308.051,61	320.373,67	333.188,62
C	247.599,32	257.543,30	267.803,43	278.515,57	289.656,19	301.242,44	313.292,13	325.823,82	338.856,77	352.411,04	366.507,48
D	272.359,26	283.253,63	294.583,77	306.367,12	318.621,81	331.366,68	344.621,95	358.406,20	372.742,45	387.652,15	403.158,23
E	299.595,18	311.578,99	324.042,15	337.003,83	350.483,99	364.503,35	379.083,48	394.246,82	410.016,69	426.417,36	443.474,85
F	329.554,70	342.736,89	356.446,36	370.704,22	385.532,39	400.953,68	416.991,83	433.671,50	451.018,36	469.059,10	487.821,46
G	389.599,57	405.183,55	421.399,89	438.246,53	455.776,39	474.007,44	492.967,74	512.686,45	533.193,91	554.521,64	576.702,53
H	483.103,46	502.427,64	522.524,70	543.425,69	565.162,72	587.769,23	611.280,00	635.731,20	661.168,45	687.606,86	715.111,14
-IV	553.105,15	575.224,36	598.238,53	622.168,07	647.054,80	672.936,99	699.854,47	727.848,65	756.962,59	787.241,10	818.730,74
-III	652.166,29	678.252,94	705.383,05	733.598,38	762.942,31	793.468,00	825.198,40	858.206,34	892.534,59	928.235,98	965.365,42
-II	765.343,22	795.956,95	827.795,23	860.907,04	895.343,32	931.157,05	968.403,34	1.007.139,47	1.047.425,05	1.089.322,05	1.132.894,93
-I	877.619,07	912.723,84	949.232,79	987.202,10	1.026.690,19	1.067.757,79	1.110.468,11	1.154.886,83	1.201.082,39	1.249.125,59	1.299.090,62

1) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

GRUPO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	153.470,66	159.609,48	165.993,86	172.633,61	179.538,76	186.720,32	194.189,34	201.956,91	210.035,19	218.436,00	227.174,06
B	169.817,72	175.570,43	182.593,25	189.896,98	197.492,86	205.392,57	213.608,27	222.152,60	231.038,71	240.280,26	249.891,47
C	185.699,49	193.127,47	200.852,57	208.886,67	217.242,14	225.931,83	234.969,10	244.367,36	254.142,58	264.308,28	274.880,61
D	204.269,44	212.440,22	220.937,83	229.775,34	238.966,36	248.525,01	258.466,01	268.804,65	279.556,84	290.739,11	302.368,67
E	224.696,39	233.684,24	243.031,61	252.752,88	262.862,99	273.377,51	284.312,61	295.685,11	307.512,52	319.813,02	332.605,54
F	247.166,02	257.052,67	267.334,77	278.028,16	289.149,29	300.715,26	312.743,37	325.253,63	338.263,77	351.794,32	365.866,10
G	292.199,67	303.887,66	316.043,17	328.684,89	341.832,29	355.505,58	369.725,31	384.514,34	399.895,43	415.891,25	432.526,90
H	362.327,60	376.820,70	391.893,53	407.569,27	423.872,84	440.826,92	458.468,00	476.798,40	495.870,33	515.705,15	536.333,25
-IV	414.828,86	431.422,02	448.678,90	466.626,06	485.291,10	504.702,74	524.890,35	545.806,49	567.571,75	590.130,42	614.508,04
-III	489.124,71	508.689,70	529.037,29	550.198,78	572.206,73	595.095,00	618.890,00	643.654,76	669.400,95	696.176,98	724.024,04
-II	574.007,42	596.967,71	620.846,42	645.689,28	671.507,49	698.367,79	726.302,50	755.354,50	785.568,79	816.991,84	849.671,20
-I	658.214,31	684.542,88	711.924,59	740.401,58	770.017,64	800.818,35	832.851,08	866.165,12	900.811,73	936.844,20	974.317,90

1) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

GRUPO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
-IV	376.111,50	391.155,96	406.802,20	423.074,29	439.997,26	457.597,15	475.901,04	494.937,08	514.734,56	535.323,95	556.736,90
-III	443.473,07	461.212,00	479.668,48	498.846,90	518.800,77	539.552,80	561.134,92	583.580,31	606.923,52	631.200,07	656.448,40
-II	520.433,39	541.250,73	562.900,76	585.416,79	608.833,46	633.186,00	658.514,27	684.854,84	712.249,03	740.738,79	770.382,50
-I	596.700,97	620.652,21	645.478,30	671.297,43	698.149,33	726.075,30	755.118,31	785.323,04	816.735,97	849.405,00	883.381,60

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA: ABRIL DE 1992

NIVEL	VALOR
01	124,800.00
02	127,296.00
03	129,841.92
04	132,438.76
05	135,087.53
06	137,789.28
07	140,545.07
08	143,355.97
09	146,223.09
10	149,147.55
11	152,130.50
12	155,173.11
13	158,276.58
14	161,442.11
15	164,670.95
16	167,964.37
17	171,323.66
18	174,750.13
19	178,245.13
20	181,810.03
21	185,446.24
22	189,155.16
23	192,938.26
24	196,797.03
25	200,732.97
26	204,747.63
27	208,842.58
28	213,019.43
29	217,279.82
30	221,625.42

VIG. 04/92

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1.....	813,709.99
	DAS-2.....	745,389.34
	DAS-3.....	687,059.61
	DAS-4.....	607,733.36
	DAS-5.....	547,507.42

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C.....	353,329.34
	2-C.....	326,317.31
	3-C.....	301,225.74
	4-C.....	278,235.65
	5-C.....	261,541.51
	6-C.....	245,849.02
	7-C.....	231,098.08
	8-C.....	217,232.20
	9-C.....	204,198.26
	10-C.....	191,946.37
	11-C.....	182,349.05
	12-C.....	173,231.60
	13-C.....	164,570.02
	14-C.....	156,341.52
	15-C.....	148,524.44

TABELA XIV

FUNCAO GRATIFICADA DO PODER EXECUTIVO

SIMBOLO	1-F.....	20,663.10
	2-F.....	17,540.79
	3-F.....	15,467.71
	4-F.....	12,415.91
	5-F.....	11,346.93
	6-F.....	9,262.57
	7-F.....	7,192.31
	8-F.....	6,207.95
	9-F.....	5,068.47
	10-F.....	4,109.49

VIG.: ABRIL/92		TABELA IV			
QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO					
REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	166,549.09	191,531.45	229,837.74	264,313.41	303,960.42
2	174,876.54	201,108.03	241,329.63	277,529.08	319,158.44
3	183,620.37	211,163.43	253,396.11	291,405.53	335,116.36
4	192,801.39	221,721.60	266,065.92	305,975.81	351,872.18
5	202,441.46	232,807.68	279,369.21	321,274.60	369,465.79
6	212,563.53	244,448.06	293,337.67	337,338.33	387,939.07
7	223,191.71	256,670.47	308,004.56	354,205.24	407,336.03
8	234,351.29	269,503.99	323,404.79	371,915.50	427,702.83
9	246,068.86	282,979.19	339,575.03	390,511.28	449,087.97
10	258,372.30	297,128.15	356,553.78	410,036.84	471,542.37
11	271,290.92	311,984.55	374,381.47	430,538.69	495,119.49

VIG. 04/92 TABELA V		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	124,911.82	141,566.72
2	128,659.17	145,813.72
3	132,518.95	150,188.14
4	136,494.52	154,693.78
5	140,589.35	159,334.59
6	144,807.03	164,114.63
7	149,151.24	169,038.07
8	153,625.78	174,109.21
9	158,234.55	179,332.49
10	162,981.59	184,712.46
11	167,871.04	190,253.84

VIGENCIA: ABRIL DE 1992

TABELA VI

107

FUNDACAO CASTANO ALBUQUERQUE DA ROCHA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	204,620.00	217,190.54	230,533.33	244,695.83	259,728.36	275,684.41	292,620.69	310,597.43	329,678.55	349,931.88	371,429.46
B	230,533.33	244,695.83	259,728.36	275,684.41	292,620.69	310,597.43	329,678.54	349,931.88	371,429.46	394,247.70	418,467.76
C	259,728.37	275,684.42	292,620.69	310,597.44	329,678.54	349,931.89	371,429.45	394,247.70	418,467.76	444,175.72	471,463.04
D	292,620.69	310,597.44	329,678.54	349,931.88	371,429.45	394,247.70	418,467.74	444,175.72	471,463.04	500,426.68	531,169.72
E	329,678.55	349,931.89	371,429.46	394,247.71	418,467.75	444,175.73	471,463.03	500,426.71	531,169.72	563,001.37	598,437.74
F	371,429.47	394,247.72	418,467.76	444,175.74	471,463.04	500,426.72	531,169.71	563,001.38	598,437.74	635,201.99	674,429.47
G	715,644.68	759,609.31	806,274.82	855,807.19	908,382.47	964,187.68	1,023,421.17	1,086,293.62	1,153,028.56	1,223,063.21	1,297,429.47
GV	536,733.51	569,706.98	604,706.11	641,855.39	681,286.85	723,140.76	767,565.87	814,720.22	864,771.42	917,877.41	974,429.47
GV	357,822.34	379,804.66	403,137.41	427,903.59	454,191.24	482,093.84	511,710.58	543,146.81	576,514.28	611,931.60	649,429.47
GP	715,644.68	759,609.31	806,274.82	855,807.19	908,382.47	964,187.68	1,023,421.17	1,086,293.62	1,153,028.56	1,223,063.21	1,297,429.47

VIG.: ABRIL/92

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	318,360.54
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	217,064.01
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	144,709.34
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	240,726.31
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	164,131.57
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	109,421.05
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	200,605.26
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	136,776.31
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	91,184.21

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIGENCIA: ABRIL DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	3,723.52
	LICENCIATURA CURTA	2,815.51
	NAO LICENCIADO	2,346.26
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	183,620.37

TABELA IX
SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA : ABRIL DE 1992

DESCRICAO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
IPA1 PROF.AUXILIAR N.1	765,236.95	650,451.41	535,665.87	459,142.17	382,618.48	229,571.09	191,309.24	172,178.31
IPA2 PROF.AUXILIAR N.2	788,194.06	669,964.95	551,735.84	472,916.44	394,897.03	236,458.22	197,048.52	177,343.66
IPA3 PROF.AUXILIAR N.3	811,839.88	690,063.90	568,287.92	487,183.93	405,919.94	243,551.97	202,959.97	182,663.97
IPA4 PROF.AUXILIAR N.4	836,195.08	710,765.82	585,336.56	501,717.05	418,897.54	250,858.52	209,048.77	188,143.89
IPS1 PROF.ASSISTENTE N.1	1,007,280.57	856,188.49	705,096.40	604,368.34	503,640.29	302,184.17	251,820.14	226,438.19
IPS2 PROF.ASSISTENTE N.2	1,037,498.99	881,874.14	726,249.29	622,499.39	518,749.50	311,249.70	259,374.75	233,437.29
IPS3 PROF.ASSISTENTE N.3	1,068,623.96	908,330.37	748,036.77	641,174.38	534,311.98	320,587.19	267,155.99	240,448.29
IPS4 PROF.ASSISTENTE N.4	1,100,682.68	935,580.28	770,477.88	660,409.61	550,341.34	330,204.80	275,170.67	247,653.60
IPD1 PROF.ADJUNTO N.1	1,172,227.05	996,392.99	820,558.94	703,336.23	586,113.53	351,660.12	293,056.76	263,751.09
IPD2 PROF.ADJUNTO N.2	1,207,993.86	1,026,284.78	845,175.70	724,436.32	603,696.93	362,218.16	301,848.47	271,663.42
IPD3 PROF.ADJUNTO N.3	1,243,615.68	1,057,073.33	870,530.97	746,169.41	621,807.84	373,884.70	310,903.92	279,813.33
IPD4 PROF.ADJUNTO N.4	1,280,924.15	1,088,785.53	896,646.90	768,554.49	640,462.07	384,277.24	320,231.04	280,207.93
IPT PROF.TITULAR N.1	1,370,588.81	1,165,000.49	959,412.17	822,353.29	685,294.41	411,176.64	342,647.20	308,382.08
IPT PROF.TITULAR N.2	1,411,706.48	1,199,950.51	988,194.54	847,023.89	705,853.24	423,511.94	352,926.62	317,633.96
IPT PROF.TITULAR N.3	1,454,057.67	1,233,949.02	1,017,840.37	872,434.60	727,028.84	436,217.30	363,514.42	327,162.90
IPT PROF.TITULAR N.4	1,497,679.40	1,273,027.49	1,048,375.58	898,607.64	748,839.70	449,303.82	374,419.85	336,977.87

- (1) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEL;
(2) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

TABELA X
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

VIGENCIA: ABRIL DE 1992

	COL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	1,415,164.43	97	1,429,753.80	98	1,444,343.11	99	1,458,932.45	100
AGENTE FISCAL 1	B	1,356,807.17	93	1,371,396.50	94	1,385,985.81	95	1,400,575.16	96
AGENTE FISCAL 1	A	1,298,449.87	89	1,313,039.20	90	1,327,628.63	91	1,342,217.84	92
AGENTE FISCAL 2	C	1,240,092.58	85	1,254,681.89	86	1,269,271.24	87	1,283,860.51	88
AGENTE FISCAL 2	B	1,181,735.25	81	1,196,324.58	82	1,210,913.93	83	1,225,503.24	84
AGENTE FISCAL 2	A	1,123,377.98	77	1,137,967.32	78	1,152,556.65	79	1,167,145.93	80
AGENTE FISCAL 3	C	1,065,020.68	73	1,079,610.00	74	1,094,199.34	75	1,108,788.66	76
AGENTE FISCAL 3	B	1,006,663.38	69	1,021,252.71	70	1,035,842.03	71	1,050,431.35	72
AGENTE FISCAL 3	A	948,306.06	65	962,895.39	66	977,484.72	67	992,074.09	68
AGENTE FISCAL 4	D	673,354.22							
AGENTE FISCAL 4	C	626,219.42							
AGENTE FISCAL 4	B	542,723.47							
AGENTE FISCAL 4	A	440,979.66							

B - CARGOS EM COMISSAO

	CLICRS
DIRETOR	A 1,982,651.81
INSP. GERAL TRIB	B 1,863,692.70
INSP. GERAL ARRE	B 1,863,692.70
INSP. GERAL FISC	B 1,863,692.70
CHEFE DE ASSESSO	B 1,863,692.70
CONSULTOR TECNIC	C 1,764,560.10
ASSISTENTE TECNI	C 1,764,560.10
DEL. REGIONAL DE	C 1,764,560.10
AUXILIAR TECNICO	D 1,705,080.55

TABELA X:		PILOTOS										
VIGENCIA: ABRIL DE 1992		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NIVEL	CLASSE											
A		1.676.000,00	1.720.100,00	1.771.700,00	1.824.850,00	1.879.590,00	1.935.980,00	1.994.000,00	2.053.800,00	2.115.500,00	2.178.970,00	2.244.300,00
B		1.477.876,00	1.522.200,00	1.567.500,00	1.614.900,00	1.663.360,00	1.713.200,00	1.764.400,00	1.817.000,00	1.872.100,00	1.928.200,00	1.985.400,00
C		1.307.654,00	1.347.000,00	1.387.500,00	1.429.100,00	1.472.000,00	1.516.100,00	1.561.400,00	1.608.000,00	1.656.750,00	1.706.450,00	1.757.000,00
D		1.157.390,00	1.192.100,00	1.227.800,00	1.264.700,00	1.302.650,00	1.341.700,00	1.381.900,00	1.423.400,00	1.466.150,00	1.510.100,00	1.555.400,00
E		824.700,00	851.500,00	877.650,00	903.300,00	929.400,00	956.000,00	983.100,00	1.010.700,00	1.047.250,00	1.078.600,00	1.111.000,00

TABELA X.1:

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA : ABRIL DE 1992

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE : 794.274,77

ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE : 754.561,00

ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE : 716.832,98

ADVOGADO DE QUARTA CLASSE : 680.991,93

ADVOGADO DE QUINTA CLASSE : 646.941,76

VIG.: ABRIL DE 1992		TABELA XIII					
TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA							
CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	
CORPO BAILE D	362,275.33	388,389.18	399,488.55	419,378.98	448,347.93	462,365.32	
CORPO BAILE C	388,389.18	399,488.55	419,378.98	448,347.93	462,365.32	485,483.59	
CORPO BAILE B	399,488.55	419,378.98	448,347.93	462,365.32	485,483.59	509,757.77	
C.BAILE A/MASSAG.	559,171.97	587,138.57	616,487.18	647,311.45	679,677.82	713,668.86	
SOLESTA E	618,951.29	641,498.86	673,573.88	707,252.49	742,615.12	779,745.87	
SOLESTA A	636,855.63	666,698.41	702,133.33	737,248.88	774,182.88	812,887.18	
PRINCIPAL E	686,612.89	723,843.53	759,195.71	797,155.49	837,813.27	878,863.93	
PRINC.A/ENS.DANCA	766,219.56	804,538.54	844,757.86	886,994.92	931,344.66	977,911.98	
ASSIST.DE MAITRE	818,816.88	858,916.88	901,862.64	946,955.77	994,383.56	1,044,818.74	
MAITRE DE BALLET	869,796.41	913,286.23	958,958.55	1,006,898.87	1,057,242.98	1,110,185.13	
DIRETOR DE BALLET	1,073,937.63	1,127,634.51	1,184,816.24	1,243,217.85	1,305,377.98	1,370,646.88	

VIG. : ABRIL DE 1992		TABELA XIV					
TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA							
CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	
MUSICO NIVEL A	281,839.59	295,891.57	309,846.15	325,338.46	341,685.38	358,685.65	
MUSICO NIVEL B	505,798.74	531,888.28	557,634.30	585,516.01	614,791.81	645,531.40	
MUSICO NIVEL C	552,611.79	580,242.38	609,254.50	639,717.23	671,783.89	705,288.24	
MUSICO NIVEL D	599,452.81	629,425.45	660,896.72	693,941.55	728,638.63	765,878.56	
MUSICO NIVEL E	693,187.34	727,762.71	764,158.84	802,358.38	842,476.38	884,688.12	
SPALLA	818,199.43	858,789.48	893,244.87	937,987.11	984,882.47	1,034,842.59	
MAESTRO ADJUNTO	927,279.34	973,643.38	1,022,325.47	1,073,441.74	1,127,113.83	1,183,469.52	
MAESTRO TITULAR	944,262.95	991,476.18	1,041,849.98	1,093,182.48	1,147,757.51	1,205,145.39	

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA											
CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTA/PROF. 2 BR	3,876.88	4,070.63	4,274.17	4,487.87	4,712.27	4,947.88	5,195.28	5,453.81	5,723.78	6,004.88	6,297.88
PROFESSOR 3 BR	4,846.81	5,088.31	5,342.73	5,609.86	5,889.36	6,181.87	6,486.17	6,802.81	7,131.78	7,473.78	7,828.44

TABELA XV

REF.: ABRIL DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	459,486.76	437,620.01	415,724.57	393,484.97
PERITO CRIMINAL	459,486.76	437,620.01	415,724.57	393,484.97
QUIMICO LEGAL	459,486.76	437,620.01	415,724.57	393,484.97
TOXICOLOGISTA	459,486.76	437,620.01	415,724.57	393,484.97

TABELA XVI

REF.: ABRIL DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETETIVE	241,327.42	221,216.89	201,106.28	180,995.65
ESCRIVAO DE POLICIA	241,327.42	221,216.89	201,106.28	180,995.65
AGENTE DE SEGURANCA	160,161.63	142,826.37	137,717.33	131,805.68
DACTILOSCOPISTA	201,106.01	171,746.14	160,160.49	148,576.40
TECNICO TELEC. POLICIAIS	176,973.38	165,993.37	157,267.59	148,577.77
TECNICO MANUT. POLICIAL	160,161.63	142,826.37	137,717.33	131,805.68
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	142,825.50	137,716.35	133,736.07	131,804.79
IDENTIF. DACTILOSCOP.	137,717.95	135,742.25	133,737.61	131,806.30
CARCEREIRO	137,717.95	135,742.25	133,737.61	131,806.30
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	137,717.95	135,742.25	133,737.61	131,806.30
AUXILIAR DE NECROPSIA	137,717.95	135,742.25	133,737.61	131,806.30
PERITO POLICIAL	241,327.47			
COMISSARIO	261,437.89			

MENSAGEM Nº 17/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Com respaldo nos preceitos contidos nos arts. 53, inciso VIII e 66, inciso I, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei complementar dispendo sobre remuneração e vantagens, conforme específica, dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado. Na anexa cópia autêntica da Exposição de Motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração, estão contidos mais detalhados esclarecimentos em torno desta proposição.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos ocupantes de cargos das séries de classes das carreiras policiais civis, ficam, a partir de 1º de abril de 1992, fixados na forma das Tabelas constantes do anexo único, da presente lei.

Art. 2º - A gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial - RETP, de que trata o artigo 92, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar nº 35, de 24 de dezembro de 1986, fica fixada em 40% (quarenta

por cento), a ser calculada, exclusivamente, sobre o vencimento básico.

Art. 3º - Fica incorporado, nos níveis de vencimentos das Tabelas I e II, do anexo único, desta lei, todo e qualquer valor excedente ao fixado no artigo anterior.

Art. 4º - Os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos de que trata o artigo 1º da presente lei, serão revistos automaticamente, de acordo com os valores e critérios nele consignados.

§ 1º - O servidor aposentado pela Lei Complementar nº 14/82 e alterações posteriores, anteriormente à vigência desta lei, poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, optar pela permanência na sistemática de cálculo pela qual ocorreu sua aposentadoria.

§ 2º - Na hipótese de opção, de que trata o parágrafo anterior, os proventos serão reajustados em 30% (trinta por cento), sobre os valores vigentes em março de 1992.

§ 3º - Todos os servidores aposentados deverão ser informados do teor da presente lei, em especial da possibilidade de realização da opção referida nos parágrafos 1º e 2º, mediante informes por rádio e televisão, oficialmente individualizados, comunicados, escritos nos rodapés dos contracheques e avisos nos locais de pagamento dos proventos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições anteriores.

TABELA I

REF.: ABRIL DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	835,152.40	793,394.78	753,725.04	716,038.7
PERITO CRIMINAL	835,152.40	793,394.78	753,725.04	716,038.7
QUIMICO LEGAL	835,152.40	793,394.78	753,725.04	716,038.7
TOXICOLOGISTA	835,152.40	793,394.78	753,725.04	716,038.7

TABELA II

REF.: ABRIL DE 1992

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETECTIVE	430,000.00	408,500.00	388,075.00	368,671.2
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	430,000.00	408,500.00	388,075.00	368,671.2
AGENTE DE SEGURANÇA	285,520.00	271,244.00	257,681.80	244,797.7
DACTILOSCOPISTA	358,362.00	340,443.90	323,421.71	307,250.6
TECNICO TELEC. POLICIAIS	315,362.00	299,593.90	284,614.21	270,383.4
TECNICO MANUT. POLICIAL	285,520.00	271,244.00	257,681.80	244,797.7
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	274,379.20	260,660.24	247,627.23	235,245.8
IDENTIF. DACTILOSCOP.	273,643.50	259,961.33	246,963.26	234,615.1
CARDEIREIRO	273,643.50	259,961.33	246,963.26	234,615.1
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	273,643.50	259,961.33	246,963.26	234,615.1
AUXILIAR DE NECROPSIA	273,643.50	259,961.33	246,963.26	234,615.1
PERITO POLICIAL	430,000.00			
COMISSARIO	465,862.00			

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO
OFÍCIO Nº 339/92-GS/SEAD

A carreira policial civil do Estado do Paraná tem tido ao longo dos anos a concessão de gratificações como forma de melhorar a remuneração dos integrantes dessa categoria funcional.

Tal procedimento resultou no desvirtuamento do significado do valor do vencimento básico, que passou a se constituir num valor insignificante em relação ao montante da remuneração.

Assim, está se efetuando alteração na composição da remuneração, fixando-se como vencimento básico valores condizentes com o nível de responsabilidade, o qual representa parcela significativa de remuneração.

A alteração, ora proposta, além de estabelecer o percentual de 5% (cinco por cento) entre as classes das carreiras policiais civis, fixa a gratificação pelo regime especial de trabalho policial -

RETP em 40% (quarenta por cento) calculada exclusivamente sobre o vencimento básico, incorporando os valores excedentes.

O anteprojeto de lei complementar assegura, ainda, a revisão automática dos proventos de aposentadoria, bem como o direito de opção pela situação anterior à vigência desta Lei.

Curitiba, 13 de abril de 1992.

(a) LUIZ GASTÃO FRANCO DE CARVALHO
Secretário de Estado da Administração

MENSAGEM Nº 18/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de abril de 1992, reajuste de 50% (cinquenta por cento).

A medida ora proposta consubstancia o

resultado de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Administração, a mim encaminhados pelo Titular daquela Pasta e virão atender reivindicações salariais dos servidores daquela Autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedido aos servidores da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de abril de 1992, o reajuste de 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 19/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.
Senhor Presidente.

Conforme o disposto nos arts. 53, inciso VIII e 66, inciso I, ambos da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei visando instituir a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação pelo Local de Exercício e a Gratificação pelo Exercício no Período Noturno, a serem atribuídas conforme específica, aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público de 1º e 2º graus.

O anteprojeto de lei ora submetido a esse Egrégio Poder Legislativo é de grande significado e bem demonstra a constante preocupação do Governo do Estado em manter a remuneração e o regime de vantagens dos integrantes do Magistério na melhor situação possível.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Apoio Educacional, devida aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º graus, em exercício de funções técnico-pedagógicas ou administrativas na Administração Central e nos Núcleos Regionais de Educação, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Parágrafo Único - A quantidade de pro-

fessores e especialistas de educação em exercício nas unidades de que trata este artigo, será definida em conjunto pelas Secretarias de Estado da Educação e da Administração.

Art. 2º - O valor da gratificação de que trata o artigo 1º desta lei será:

I - correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor da referência inicial do nível PA-1.

II - pago por cargo ocupado, sendo integral para uma carga horária de 20 horas semanais e proporcional à carga horária do professor ou especialista optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho.

Art. 3º - Aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º graus, em exercício nos estabelecimentos de ensino estaduais ficam, também, instituídas as seguintes gratificações:

I - pelo local de exercício;

II - por exercício no período noturno.

Parágrafo Único - A regulamentação das gratificações de que trata este artigo será estabelecida em Decreto mediante proposta das Secretarias de Estado da Educação e da Administração.

Art. 4º - As gratificações de que trata o artigo 3º ficam fixadas, cada uma delas, em 20% (vinte por cento) do respectivo nível de vencimento e são inacumuláveis entre si.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1992, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO Nº 272/92 - GS/SEAD

Merecidamente, as Leis nºs 7099/79, 7507/81, 7877/84 e 8934/89 dispõem aos professores do Magistério Estadual sobre a Gratificação de Regência de Classe, proporcionando a valorização do professor "regente de classe", como reconhecimento à dedicação, ao empenho, ao zelo e ao desgaste desses educadores no trato direto com o educando.

Entretanto, o trabalho do profissional da área da educação, que ocupa cargo de professor, não se restringe, tão somente, à regência de classe, embora a grande maioria esteja ligada diretamente às atividades docentes.

Uma parte significativa desses profissionais, acha-se voltada aos trabalhos direcionados à educação, com características próprias, diversas aos trabalhos docentes, mas de fundamental importância dentro do contexto educacional.

A esses profissionais, de cuja contribuição esta administração não pode prescindir, entendo justo e necessário o reco-

nhecimento.

Vale aqui lembrar, que a Lei Complementar nº 7/79 - Estatuto do Magistério, previu, em seu artigo 2º, inciso I, como atividades de Magistério, aquelas que, além da docência, englobam ainda o assessoramento, planejamento, programação, direção, supervisão, inspeção, coordenação, acompanhamento, controle, avaliação e orientação, desenvolvidas nos complexos ou unidades escolares e "demais órgãos de educação".

Não havendo, entretanto, em legislação vigente, qualquer gratificação que lhes pudesse ser aplicada, propõe a Secretaria de Estado da Educação as gratificações de Apoio Educacional, pelo local de exercício e pelo exercício no período noturno.

Incentivar o professor a permanecer no exercício de suas atividades docentes, mesmo em local de difícil acesso, mesmo em período noturno é dever de toda a administração preocupada com a educação de milhares de crianças e jovens que demandam a escola pública.

Essas gratificações, cuja instituição se propõe, ensejará aos docentes condições mais adequadas para o desempenho do seu nobilitante mister.

Evidentemente, será o educando o beneficiário direto de tal melhoria, uma vez que será ele a usufruir de ensino melhor, com reflexos no desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais e na realização de suas aspirações.

Curitiba, 30 de março de 1992.

(a) LUIZ GASTÃO FRANCO DE CARVALHO
Secretário de Estado da Administração

Ofícios:

Sob o número DTL/SAT/049/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 23/92, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7947, de 19 de novembro de 1984. - A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os números DTL/SAT/044, 045, 046, 047, 048 e 050/92, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

582/91: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Joaquim Vanhoni Neto, o qual convertido em lei tomou o número 9923. - Anote-se. Arquivo-se.

594/91: De autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a Associação Social Evangélica Shalon Betel, com sede e foro no Município de Siqueira Campos, o qual convertido em lei tomou o número 9924. - Anote-se. Arquivo-se.

595/91: De autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Joaquim Távora, o qual convertido em lei tomou o número 9925. - Anote-se. Arquivo-se.

068/91: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Moradores e Amigos dos Bairros de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 9926. - Anote-se. Arquivo-se.

507/91: De autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica, com sede e foro na cidade de Arapongas, o qual convertido em lei tomou o número 9927. - Anote-se. Arquivo-se.

576/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania - ASDECO, no Município de Ventania-PR, o qual convertido em lei tomou o número 9928. - Anote-se. Arquivo-se.

Sob o número 358/92, do Sr. LUIZ CARLOS DELAZARI, Procurador-Geral da Justiça, encaminhando projeto de lei que visa reajustar no mês de abril de 1992, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná. - Anote-se. Arquivo-se.

Sob o número DTL/SAT/052/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 366/91, por julgá-lo inconstitucional. - A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o número DTL/SAT/051/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 376/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração. - A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o número DTL/SAT/053/92, do Sr. Governador do Estado Roberto Requião, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 265/91, por julgá-lo inconstitucional. - A Comissão de Constituição e Justiça.

Of. 403/92

Senhor Presidente.

Tendo em vista serviços externos a serem cumpridos, tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência, para solicitar justificativa à minha ausência aos traba-

lhos parlamentares durante a sessão ordinária e extraordinária deste dia 14 de abril de 1992.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) MARIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 076/92, de minha autoria, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 9353, de 27 de agosto de 1991 (Município de Cândói).

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aposição de Regime de Urgência aos Projetos de Lei sumulados, que tratam de mensagens de reajuste do funcionalismo público.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, pelo prazo de 10 (dez) sessões, na forma do art. 159 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(aa) DR. ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Em razão de se tratar de projeto de grande importância, é fundamental que as pessoas interessadas, isto é, os usuários do transporte coletivo, sejam consultados, tomando conhecimento do projeto e opinando a respeito.

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 032/92, de autoria do Deputado Nilton Servo, constante da Ordem do Dia de hoje em Primeira Discussão.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 605/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 151/91.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 413/91.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, juntado ao Projeto de Lei nº 373/91, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, por tratarem de matéria semelhante, como permite o art. 121 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(aa) DR. ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Ambos os projetos de lei têm objetivos semelhantes, ou seja, definir uma política habitacional para o Estado do Paraná.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou, em agosto de 1991, um projeto de lei onde propõe a criação do Fundo Estadual de Moradia Popular, visando a construção de casas para famílias de baixa renda.

Opinamos sejam discutidos e votados conjuntamente os projetos de lei, por força do disposto no art. 121 do Regimento Interno.

Aproveitamos para convidar o Deputado José Afonso Júnior, autor do projeto, para uma reunião com militantes do movimento popular que realizar-se-á no dia 27 de abril às 18 horas, no auditório da Assembleia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-

-Prefeito de Sertãoópolis, por duas legislaturas, AMANCIO SECCO, ocorrido recentemente no mesmo município.

Requer ainda que, após aprovação do presente, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Padre Jonas dos Santos, 629, Sertãoópolis-PR.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. GREGÓRIO MOREIRA, ocorrido no dia 05 do corrente mês, na cidade de Maringá.

O seu passamento deixa consternada, não só a população de Maringá, mas de todo o noroeste paranaense, e como representante daquela região, sentimo-nos no dever de externar aqui, nosso profundo pesar e nossa inteira solidariedade aos seus familiares.

Sala das Sessões em 14.04.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Regional do Paraná, para que seja instalado o Sistema de Entrega de Correspondências, via carteiro, no Município de Inácio Martins.

Com fundamento em pleito efetivado pelo Excelentíssimo Sr. Vereador Eugênio Mazepa, daquela municipalidade, esta reivindicação se faz com inteira necessidade, a exemplo de outras cidades onde esse Sistema contribui na praticidade e agilidade das informações aos munícipes, trazendo-lhes o bem-estar.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Affonso Camargo Neto, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Irati até Ventania.

Vale mencionar o trecho citado é de 210 quilômetros e que é o remanescente da

Rodovia Transbrasiliana a ser pavimentado.

Sala das Sessões, em 14.04.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Embaixador do Peru aqui no Brasil solicitando posições inequívocas pelo restabelecimento da ordem institucional e pela garantia dos direitos democráticos conquistados pelo povo peruano.

Sala das Sessões, em 14.04.92

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos sete meses os episódios da Venezuela, Haiti e agora no Peru, revelam a fragilidade dos regimes políticos da América Latina. As políticas recessivas, obedecendo diretrizes gerais do FMI, implementadas em vários países do terceiro mundo tem acelerado o processo de deterioração social, aumentando a miséria. No Peru, segundo a ONU, metade da população vive em estado de "extrema pobreza", é um País assolado por epidemias de cólera, malária, tuberculose e febre amarela, o número de desempregados e ambulantes é assustador, redes de narcotraficantes controlam importantes setores da economia. Neste cenário de profunda instabilidade social, a tentativa de golpe na Venezuela e os golpes no Haiti e Peru agravam ainda mais os problemas destes países, a interrupção do processo de democratização e a volta de regimes de exceção devem ser veementemente combatidos.

Não podemos ser coniventes com a instauração de arbitrariedade e do despotismo. No Peru, o Presidente eleito Alberto Fujimori, apoiado pelas Forças Armadas, fechou o Congresso Nacional, prendeu vários líderes políticos de oposição - inclusive o Presidente da Câmara dos Deputados -, censurou e interviniu nos órgãos de imprensa e restringiu violentamente os direitos dos cidadãos. Estas medidas, e a presença ostensiva do exército nas ruas, não podem ser justificadas pela necessidade de combate à corrupção, ao narcotráfico e à guerrilha. O atual Governo do Peru é tão ilegítimo quanto os traficantes que quer combater. Neste momento é preciso tomarmos posições inequívocas pelo restabelecimento da ordem institucional e pela garantia dos direitos democráticos conquistados pelo povo peruano.

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Ple-

nário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, bem como ao Ilmo. Sr. Superintendente do Paraná, solicitando a reabertura das Agências do Banco, nos Municípios de Rio Azul e Teixeira Soares.

A existência das aludidas Agências não se faz por mero acaso, é fruto da luta de seu laborioso povo, em que o Banco do Brasil, reconhecendo a pujança da Região, se instalou devido a inegável potencialidade daqueles Municípios.

É de fundamental importância, que se ressalte o elevado número de operações movimentadas nas Agências. A começar por Rio Azul, com mais de 1.610 contas correntes, movimentando em média 12 milhões, lá foram contratados 796 financiamentos agrícolas, com aplicação total de 170 milhões de cruzeiros, além de 1.200 poupanças superando 60 milhões.

Com relação ao Município de Teixeira Soares, em mais de seus 11 anos de funcionamento, apresentou crescimento das suas atividades, possuindo mais de 700 contas correntes e 900 em poupança, responsável ainda por 450 operações de crédito agrícola.

Os dados supra-aludidos, servem tão somente para evidenciar em parte a nossa posição, e preocupação com o fechamento das atendidas Agências.

Queremos, acima de tudo, destacar os incontornáveis prejuízos à economia de Rio Azul e Teixeira Soares, muito particularmente aos pequenos e médios produtores rurais que dependem do apoio financeiro dessa importante instituição, que seriam na verdade punidos, o que nos parece não ser esta a finalidade do Banco do Brasil.

Nesta ordem de colocações, renovamos o nosso apelo, para que o Banco do Brasil, reveja os critérios que efetivaram tal posicionamento.

Sala das Sessões, em 14.04.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, Senhor Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera e Presidente do Banco do Brasil S.A., Senhor Lafaiete Coutinho, solicitando reconsideração da decisão do fechamento da Agência do Banco do Brasil S.A, no Município de Borrazópolis.

A presente solicitação prende-se ao fato de que a população do Município não pode ser prejudicada pelas atitudes isoladas de algumas lideranças que, absolutamente, não representam a vontade da maio-

ria dos munícipes.

Como bem sabe sua Excelência o Senhor Presidente da República, e as demais autoridades mencionadas, a agência referida exerce grande influência em toda sua região de abrangência prestando grandes serviços a toda comunidade de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 14.04.92

(a) COSTENARO NETO.

Apoiamento: Paulo Maia, José Tavares, Dirceu Manfrinto, Renato Adur, Tadeu Lúcio Machado, Ovídio Constantino, Albino Corazza, José Alves, Cleiton Kielse, José Arthur Ritti, Doutor Rosinha, Oswaldo Trevisan, Domingos Carvalho, Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, João Iensen, César Silvestri, Neivo Beraldin, Dobrandino da Silva, Colombino Grassano, Toti Colaço, Severino Félix, João Arruda, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Basílio Zannusso, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa, Eurides Moura, Dalton Machuca, Anibal Khury, Rafael Greca de Macedo, Hermas Brandão, Lourenço Fregonese, Orlando Pesutti, Arlindo Troian, Elio Rusch, Emília Belinati e Duílio Genari.

REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado ao Sr. Secretário da Administração, Dr. Luís Gastão de Alencar de Carvalho, o seguinte pedido de informações:

1. Qual o número de funcionários públicos estaduais que mensalmente têm desconto compulsório, em sua folha, para o IPE - Instituto de Previdência do Estado?
2. Qual o valor total mensal, resultante destes descontos?
3. Discriminar os valores, por rubricas (mensalidade, jôia, seguro, etc).
4. Está em dia o repasse destas verbas para o IPE? Quando foi feito o último repasse e qual seu valor?
5. O Estado tem alguma dívida, passada, ao IPE? Qual é o seu valor? A que se refere?
6. Qual a programação de acerto desta pendência?

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Temos informações contraditórias sobre descontos em folha de funcionários do IPE e que são repassados ao mesmo, bem como dizem alguns críticos que a dívida hoje supera os 50 bilhões de cruzeiros.

Diante do exposto, é de se esclarecer com a autoridade competente.

REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado ao Sr. Heitor Wallace de Mello e Silva o seguinte pedido de informações:

1. O que dizem os Estatutos Sociais de cada empresa componente do Conglomerado BANESTADO em relação à escolha dos membros do seu Conselho Fiscal? (Anexar cópia dos capítulos correspondentes).

2. Há alguma norma ou critério definido por autoridade superior do Governo Estadual, orientando o preenchimento destes cargos?

3. Os atuais integrantes dos vários Conselhos Fiscais das várias empresas são remunerados? Qual o valor pago mensalmente?

4. Os Conselhos Fiscais têm se reunido com que periodicidade?

5. Quais os presidentes de cada Conselho Fiscal?

6. A escolha da empresa Price Waterhouse, como Auditores Independentes foi feita através de licitação? Quando? Quais as empresas que participaram?

7. Qual o valor do contrato com a Price Waterhouse e sua duração?

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A publicação do balanço do Conglomerado BANESTADO, num primeiro exame, chamou atenção pelo fato de que alguns nomes que integram os respectivos Conselhos Fiscais, ou são funcionários comissionados subordinados ao presidente do Conselho de Administração, ou são membros de outras empresas do próprio conglomerado.

Sabemos da lei das sociedades anônimas e suas implicações, MAS, em se tratando de um grupo de empresas cujo sócio majoritário é o Governo do Estado, portanto o povo do Paraná, nada mais justo do que se esclarecer os critérios e fatores que levam à escolha destes nomes!

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado ao Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, o seguinte pedido de informações:

1. No demonstrativo financeiro do último mês de março, consta no quadro "Despesas" rubrica com o título "Resíduos Passivos", no valor de Cr\$ 5.179.000.000,00. Do que se trata este valor? Solicitamos detalhes.

2. No mesmo documento de março, há também no item 2, "Dívida Pública", 2.1 - Juros - Cr\$ 10.493.000.000,00 e 2.2 - Principal - Cr\$ 5.283.000.000,00. Pedimos esclarecer que dívidas são essas, quais os

credores, respectivos valores e quais moedas.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Ao apreciar o demonstrativo financeiro do Estado, referente março último, constatamos os registros acima e que nos deixaram em dúvida, para uma melhor análise do documento.

Desconhecemos o que significa "Resíduos Passivos" e principalmente, é estranho que se pague um valor elevado, quase 8% da receita total, em dívidas, e em sua maior parte, de juros.

Diante das dúvidas, entendemos oportuno um esclarecimento da autoridade competente.

Esta Presidência tem o prazer de anunciar nesta Casa, a presença dos alunos e professores da Escola Bandeirantes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, alunos e professores da Escola Bandeirantes.

O Fundo Monetário Internacional tem ditado políticas para o Terceiro Mundo, cuja repercussão social tem sido bastante grave e séria para esses países. Quero lembrar aqui que André Perez, Presidente da Venezuela, em fevereiro de 90, baixou um pacote econômico ditado pelo Fundo Monetário. No dia seguinte a população, se opondo a tal pacote econômico, foi às ruas de Caracas para protestar. E naquela oportunidade, as forças repressivas do Governo André Perez, mataram 300 pessoas. Em dezembro/91 novos protestos em Caracas, nova repressão e mais mortes de pessoas que estavam nas ruas.

Em fevereiro de 92, tivemos a tentativa de golpe militar na Venezuela. E a Venezuela é apontada como um país que fez todas as lições impostas pelo Fundo Monetário Internacional.

A lição do Fundo Monetário é justamente a lição do neoliberalismo. O neoliberalismo é exigido pelo capital internacional. É exigido pelo Fundo para fazer com que - dizem eles - o nosso País e os países do Terceiro Mundo cheguem ao Primeiro Mundo. E o mesmo discurso que esses governantes André Perez, Fujimori e Collor de Mello têm feito, a de atingir o Primeiro Mundo. Só que esses governantes esquecem de botar na bagagem, que vamos viajando ao Primeiro Mundo de toda população desse Terceiro Mundo, coloca simplesmente a elite e a burguesia chegando ao Primeiro Mundo.

O trabalhador, enquanto isso, está

submetido à miséria, desemprego ou baixo salário, sendo que no Brasil, no Governo Collor, atingimos o mais baixo salário mínimo da história.

Collor, assim como André Perez, rezam a cartilha do Fundo Monetário. Da mesma maneira, reza-se a mesma cartilha, Fujimori, do Peru. Só que Fujimori foi mais além; não fez só a leitura da cartilha, só isso não valeu, chamou os professores agressivos e repressores do exército peruano e tentou e deu um golpe de Estado no Peru.

Chamou as Forças Armadas que espancaram os trabalhadores, fecharam o Congresso, fazendo um grande retrocesso político naquele país.

A tentativa de golpe na Venezuela, o golpe no Peru, nós condenamos. Nós do PT nos opomos e não aceitamos o retorno do ciclo das ditaduras da América Latina. Defendemos a democracia em todos os países e no caso específico nos países latino-americanos.

Nesse sentido de se opor contra a ditadura militar do Peru, é que nós apresentamos um requerimento hoje, para que seja enviado à Embaixada Peruana em Brasília, protestando pelo retrocesso que está ocorrendo naquele país, porque nós sabemos que uma ditadura militar em qualquer país da América Latina é uma cunha, é o início de se abrir as portas para as novas ditaduras militares na nossa América.

No Brasil, impossibilitado de uma imposição de uma ditadura militar, os nossos governantes tentam pelo menos uma saída, pela via, não autoritária das forças militares, mas pelo menos no mínimo estão tentando pela via autoritária dos ministros da ditadura, que hoje estão retornando.

Nós solicitamos a aprovação deste requerimento porque achamos importante impedir o avanço das ditaduras militares ou a tentativa delas na América Latina, porque de ditaduras já estamos cansados. Queremos a democracia.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Costenaro Neto.

O SR. COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares.

Mais uma vez voltamos à tribuna para registrar acontecimentos lamentáveis no nosso Estado do Paraná, mas na verdade acontecido na minha região, no Vale do Ivaí.

O Vale do Ivaí, que tem sido um pivô das greves, de conquistas no decorrer de anos e com lideranças desenvolvidas e criativas no Vale do Ivaí, levando notícia da agricultura em todo esse País.

Tivemos conquistas valiosas, mas tivemos momentos também difíceis, a exemplo do que está acontecendo agora. No meu entender, criamos um problema muito sério num dos nossos municípios do Vale do Ivaí, o município de Borrazópolis.

Já há 60 dias as lideranças agrícolas, na verdade um grupo até um pouco isolado, pivôs que sempre promovem a movimentação de toda a forma, querendo defender sim o interesse da agricultura, mas nós agricultores, produtores, sabemos cada ação tem que ter na verdade um momento propício.

Enquanto o País vinha caminhando em dificuldades, já há alguns anos que vem se arrastando os financiamentos da agricultura, o próprio Governo Federal havia afastado a pujança do Banco do Brasil em defender a agricultura, em investir violentamente na agricultura.

Agora, a partir do ano passado, mais precisamente este ano, não é querer fazer defesa ao ministro da Agricultura, mas merece nossa atenção e reconhecimento de que o Ministro Cabreira, com todas as dificuldades que a agricultura tem e as dificuldades que este País tem em recursos e o Banco do Brasil que era o distribuidor de recursos, naturalmente, tem sofrido todas as pressões das lideranças, dos políticos, de nós políticos, e tem buscado atendimento da agricultura no Paraná e no Brasil de uma forma que vem cada dia mais resolvendo os problemas da agricultura, principalmente quando se trata das questões de recursos para financiamento agrícola.

Mas, infelizmente, algumas lideranças, até na verdade viciadas em defender ou gritar alto, sem analisar profundamente, sem ouvir a população, sem ouvir a vontade dos produtores, levantam como bandeira de momentos políticos, e ainda mais este ano, como ano político, levantam a bandeira achando que vão resolver tudo e aí conquistarão espaços melhores.

Nós conhecemos as lideranças, conhecemos a maneira de agir e os momentos. Nós sabemos dizer SIM e sabemos dizer NÃO. Eu dizia a essas lideranças que aqui estiveram na Assembléia, que não era o momento de fazer. De reivindicar, sim, mas de fazer greve, violência, eu acreditava que não trazia progresso nenhum, mas eles preferiram não ouvir e, naturalmente, buscaram outras lideranças políticas nesta Casa.

Não posso julgar se foram estimulados ou não, mas, a bem da verdade, voltaram, levantaram a população, uma parte da população. Na verdade, aglomeração de vários municípios. Conseguiram uma representação por volta de mil, mil e quinhentas pessoas no município de Borrazópolis no dia de ontem. Fecharam as portas do Banco do Brasil, fecharam as portas do Banco do Esta-

do, fecharam as portas do comércio, causando, na verdade, no município de Borrazópolis, um caos total.

O prefeito, as lideranças políticas, dentro da insegurança, da revolta das pessoas, não sabiam o que fazer. Se buscassem reforço policial, poderiam transformar num conflito muito grande entre os agricultores e a polícia, causando um problema maior e desta maneira ocorreu em todo o dia de ontem, aquilo que nós sabemos. As agressões, as tentativas de fazer valentes, culminou no final do dia, com uma decisão do Banco do Brasil.

A direção do Banco do Brasil em Brasília, com determinação imediata do fechamento da agência do Banco do Brasil, sobre a defesa do banco, em dizendo se a população entende que o Banco do Brasil atrapalha o progresso, não satisfaz interesses, o Banco do Brasil não pretende atrapalhar ninguém. O Banco do Brasil fecha as portas.

Sr. Presidente, só para concluir, no dia de hoje, pela manhã, as lideranças não acreditando nas informações do Banco do Brasil, solicitaram ao meu gabinete, a minha informação, e eu busquei informações através da Superintendência aqui em Curitiba, contatei Brasília e as informações que eu tive foram as piores, que o Banco do Brasil não volta atrás. Estão encerradas as atividades do Banco do Brasil em Borrazópolis, um município importante, agrícola, um município que precisa demais do Banco do Brasil, e neste momento lá estão reunidos a imprensa regional, dando cobertura, e o que eu disse a eles, infelizmente, o que o Banco do Brasil me disse, as portas estão fechadas.

Portanto, Srs. Parlamentares, eu informei o Banco do Brasil e as lideranças que iria tramitar nesta Casa no dia de hoje, um requerimento que espero ter o apoio de todos os parlamentares, defendendo os agricultores, defendendo o município de Borrazópolis. Gostaria de receber neste requerimento que estamos elaborando neste momento, colher a assinatura de todos os parlamentares e enviando ao Presidente da República, ao Presidente do Banco do Brasil e enviando também ao Ministro da Agricultura, porque nós achamos, embora alguns achem que têm direito de fechar a porta do Banco, mas a grande massa da população é contra a greve, é contra a ação e lamenta profundamente os prejuízos dos nossos pequenos municípios do Estado do Paraná.

Quando se fecham as portas de uma pequena empresa já é um tumulto, é um desgaste, é um desgosto terrível a falta de emprego, e fechar as portas de uma agência como o Banco do Brasil é uma tragédia para os pequenos municípios.

Então, Srs. Deputados, espero ter o

apoio de todos os senhores. Façamos empenho, cada um de nós, para que não fechem as portas de mais uma agência do Banco do Brasil no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar a presença nesta Casa, do Prefeito Eduardo Trevisan, de Cornélio Procópio.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Será registrada.

Com a palavra o Deputado Eurides Moura. (Declina).

Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, nobres Pares. (Lê):

"O Governador Roberto Requião, numa reunião com empresários responsáveis por terminais de exportação de grãos, no auditório do Palácio Taguaré, do Porto de Paranaguá, afirmou que se fosse portuário já teria incendiado o porto...

Depois ele disse por quê.

Evidentemente, a frase foi dita num momento de descontração, numa reunião em apreço, que teve por objetivo preparar o porto para a boa safra agrícola deste ano...

Ao utilizar tão contundente recurso verbal, Sua Excelência o Governador do Estado estava criticando o lamentável estado de abandono e falta de limpeza nos sanitários da APPA. Aqueles que servem os trabalhadores.

Ele mesmo deve ter constatado "in loco" a sujeira que por lá tresanda.

Se Sua Excelência o Governador, mesmo falando da falta de higiene fazia blague para descontrair-se, este Deputado não...

Nós estamos pensando seriamente nela e nas suas conseqüências... não é apenas essa a falta de higiene encontrada no Porto de Paranaguá. Há muita coisa fedendo por lá... O mau cheiro dos banheiros da APPA na faixa portuária é a mais leve manifestação da fedentina no terminal. Há mais decomposição orgânica poluindo o ambiente do cais portuário.

Por todos os espaços dos corredores no porto público, a sujeira, a falta de higiene, prevalecem.

O que não entendo é como o Governo, que é tão severo com empresas particulares, que aplica multas pesadas a comerciantes pouco afeitos aos hábitos saudáveis de higiene, esqueça todo problema de saúde no Porto de Paranaguá...

Essa desatenção está dando ao nosso terminal a má fama de porto sujo, abandonado. Pior que isso, prejudica a saúde dos trabalhadores e cria problemas ao bom de-

envolvimento das operações onde a sujeira está alastrada. Ninguém consegue produzir com desenvoltura num ambiente infecto que faz mal a todo mundo.

Faz mal a todo mundo, menos ao diretor técnico da autarquia que pouco visita as instalações portuárias, especialmente as da área de operação.

Não tenho dúvidas que se a saúde pública mandasse uma fiscalização no porto, ele seria lacrado, fechado.

Essa sujeira, acontece por quê?

Porque grande parte dos grãos, pellets e farelos, na hora do seu embarque, caem na faixa onde a operação se processa. Ocorre que todos esses produtos, no chão, ficam sujeitos à ação das intempéries - à chuva e ao sol - e se deterioram. A área de embarque vira um grande lamaçal em decomposição.

Só não têm acontecido paralisações dos trabalhos, porque os responsáveis, além do temor às represálias, não desejam que os navios permaneçam no cais mais tempo do que o estabelecido.

Mas já houve entre os conferentes chefe quem desejasse paralisar a operação, até que uma limpeza fosse feita.

O que se lamenta, apesar da manifestação do Governador do Estado, é que a APPA não tenha cuidado de resolver esse problema até agora.

Parece que a saúde do estivador, do conferente, dos consertadores, dos vigias, dos arrumadores e de todos os portuários é deixada num plano secundário pela Superintendência da APPA.

E, no entanto, a solução dos problemas é primária. O porto só teria que mandar lavar a área de operação após cada embarque.

Faria isso em seus terminais e no terminal da SANBRA, por exemplo, que é o mais sujo do porto.

A partir do momento que o porto adotar essa medida, não apenas o terminal ficaria limpo e os trabalhadores teriam melhores condições de trabalho, mas a cidade que se beneficiaria com a diminuição das moscas nas casas.

Há um outro detalhe que, infelizmente, não posso deixar escapar.

Hoje o porto pouco planeja. Quando planeja, o faz mal. Ora, um porto que opera com alimentos, não pode misturar no mesmo pedaço de cais, operações com adubo. E já tem acontecido de navios com sal sucederem a outros, com adubo.

Nas duas operações (sal-adubo) são utilizados grabs e funis e estes nem sempre têm vedação perfeita. Resultado, cai muita mercadoria no chão. Essas mercadorias são posteriormente colocadas nos caminhões com pás. Evidentemente, se um navio de sal estiver no mesmo pedaço do cais

que operou de adubo, os restos de um e de outro estarão misturados. Com isso corremos o risco de que no caminhão de sal estejam restos de adubo, que irão para as mesas de nossas famílias...

Face ao exposto, e tendo em vista a saúde de todos os trabalhadores que operam no Porto de Paranaguá, reitero meu pedido, que as autoridades responsáveis tomem as providências cabíveis, mandando higienizar o porto, lavando-o como precisa."

Desejo aqui, que o Porto de Paranaguá continue sendo chamado de porto, e não como dizem já em rodas pequenas, as chaco-tas, uma reunião de porcos.

Muito obrigado.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é para registrar a presença honrosa do ilustre Prefeito de Nova América da Colina, companheiro Sebastião Guilherme, que se encontra presente neste recinto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Concedemos a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Não quero me tornar enfadonho, porque já estive ontem na Tribuna, mas é preciso que eu volte para poder deixar registrado, uma vez mais, e dar encaminhamento a um Requerimento, no que diz respeito, ainda, a ações do Governo Federal.

No ano passado, não somente este Parlamentar, mas diversos companheiros fizeram uso desta Tribuna, remetendo expedientes não concordando e denunciando o fechamento de agências do Banco do Brasil no Estado do Paraná.

Eu volto, uma vez mais, em nome da região centro-sul do nosso Estado, num momento importante porque passa o nosso País, num momento importante porque passa o nosso Estado. Há poucos instantes, nós ouvíamos o Deputado Costenaro Neto fazendo seu pronunciamento, nesta Tribuna, lamentando o fechamento, por parte da população, ou por parte do povo, das agências financeiras, das agências bancárias do Município de Borrazópolis. E especialmente do Banco do Brasil.

Eu acompanhava a preocupação do ilustre Parlamentar, aonde o povo, parte dele, revoltado, rebelando-se contra determinadas medidas, fecharam agência do Banco do Brasil no Município de Borrazópolis.

Meu caro Costenaro Neto, vejo a sua preocupação quando se fecha uma agência bancária, através de movimento de agricultores ou de empresários, de parcela da população do Município que V.Exa. represen-

ta. Mas, ao mesmo tempo que me preocupa e preocupa V.Exa., de uma atitude talvez até um pouco impensada de parte da população, preocupa-me mais ainda, o fato de agências do Banco do Brasil terem sido fechadas ao longo do ano passado, sem sequer se levantar uma palha, sem sequer fazer uma consulta às populações do nosso Estado.

Eu falo de Rio Azul, de Teixeira Soares, mas tem Rio Negro e tantas outras agências que foram fechadas abruptamente no ano passado e que nós apenas fizemos aqui os nossos pronunciamentos, contestações, denúncias atendendo os pedidos e os clamores do povo do Paraná, principalmente do povo da nossa agricultura. Eu volto a essa Tribuna para dar encaminhamento ao Presidente do Banco do Brasil Dr. Lafayette Coutinho. Eu estive há duas semanas atrás em Brasília com audiência marcada, previamente marcada com as Lideranças da minha Região, procurando levar os pleitos da nossa região. Mas, ao mesmo tempo levamos a nossa preocupação, o nosso pleito, as fotocópias, as segundas vias de telex, telegramas, requerimentos, não somente deste Parlamentar mas de outros Parlamentares e os entregamos ao Presidente do Banco do Brasil Dr. Lafayette Coutinho, dizendo de que o Paraná, a Assembléia Legislativa desse Estado, jamais concordou com o fechamento das referidas agências, Rio Azul e Teixeira Soares. Uma vez mais é o apelo que eu faço através destes requerimentos, para que as autoridades competentes do nosso País, possam rever uma decisão, uma decisão impensada, o fechamento da agência do Banco do Brasil de Rio Azul e de Teixeira Soares é um fato realmente grave.

Teixeira Soares, o melhor terreno existente no centro da cidade fora doado ao Banco do Brasil. O Prefeito, a Câmara Municipal aprovou a Lei e fizeram uma doação ao Banco do Brasil de uma área nobre no centro na avenida central do Município de Teixeira Soares e o Banco do Brasil ali construiu uma das agências mais bonitas que existem na nossa região centro Sul do nosso Estado. Dois anos após a sua inauguração, e seu funcionamento na agência própria local, veio de cima para baixo, pura e simplesmente um telex de Brasília. "Fecha-se a agência na semana seguinte" e permanece fechada até hoje com os móveis, com todo o seu equipamento, dificultando sobremaneira a vida da agricultura daquele Município, da mesma forma no Município de Rio Azul, onde uma agência funcionava já há muito tempo. Onde o Município hoje, tido como Município a Capital do fumo do Estado do Paraná, porque tem mais de dez mil estufas de fumo, onde o pequeno agricultor do Município de Rio Azul se vale hoje da produção através da fomicultura, com quatro, cinco poderosas indústrias, duas de-

las já instaladas no Município de Rio Azul e outra se instalando e fecham do dia para a noite.

Parece-me que aquela decisão não se olhou o problema social, não se olhou o problema da agricultura do nosso País, porque no mês seguinte do fechamento da agência do Banco do Brasil em Rio Azul, pasmem Srs. Deputados, o Banco Bamerindus que é do Paraná instalou a sua agência, está instalando a sua agência no próprio local onde estava instalada a agência do Banco do Brasil. Se não desse lucro o Bamerindus lá não estaria através do Senador José Eduardo Vieira. Mas, acontece que a decisão tomada de cima para baixo, com todo o respeito às senhoras aqui presentes, castraram a esperança do pequeno agricultor da minha região e desta forma...

O Sr. Alceu Swarowski (Aparte) - Ilustre Deputado Toti Colaço, ouvimos com atenção o pronunciamento de V.Exa. e externando o seu inconformismo contra a decisão da cúpula do Banco do Brasil e o nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, nós já denunciávamos ao Paraná e ao Brasil o fato da extinção indiscriminada ou mais propriamente discriminativamente contra a zona rural deste País quando se fecharam apenas 1531 agências e postos avançados do principal estabelecimento de crédito deste País, que é o Banco do Brasil.

E denunciávamos, especificamente, caro Toti Colaço, o caso de Quitandinha, na nossa região, Sudeste paranaense, que havia construído a sede própria, uma das mais suntuosas sedes daquele Município de zona rural, e fora concluída aquela sede meses antes, portanto, denunciávamos especificamente aos Senhores Deputados que se entrava dinheiro pelas portas do Tesouro deste País, no dia seguinte o mesmo dinheiro saía pelas janelas! Num total desgoverno, falta de cobrança de resultados e de responsabilidades de Sua Excelência o Presidente da República. E que, documentalmente o Senhor Collor de Mello, delegando poderes à cúpula do Banco do Brasil, para rever o caso das extinções daquelas 1531 agências, estava demonstrando, cabalmente, que comia pelas mãos dos tecnocratas de Brasília, porque lhe faltava o espírito de estadista para cobrar imediatamente o resultado de suas decisões governamentais. E, com tristeza, nós vemos hoje, que nem o Senhor Lafayette Coutinho, que é o novo Presidente do Banco do Brasil, reparou aquela lamentável e triste discriminação contra o povo descamisado da zona rural deste País, tão desassistido e tão esquecido pelo Governo Federal.

Subscrevemos, "in totum" o seu pronunciamento de protesto e de repúdio a estes fatos. Com reparo, Toti Colaço, de que a

Agência do Banco do Brasil, em Rio Negro, permanece íntegra e produtiva.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado pelo aparte, ilustre companheiro Alceu Swarowski.

E, finalizando, meu preclaro e ilustre Presidente, apenas para sintetizar, dizendo de que se fechar uma agência do Banco do Brasil, seja em Teixeira Soares, Rio Azul ou qualquer Município do Estado do Paraná, é fechar a porta da esperança da Agricultura do nosso Estado, do nosso País.

Por esta razão, já que está se mexendo ou já se mexeu em todo o Ministério da Presidência da República, é que através deste Requerimento e deste Parlamento, estamos enviando, uma vez mais, um Requerimento solicitando a Sua Excelência o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lafayette Coutinho, que pelo contato pessoal que tivemos é um homem sensível às nossas reivindicações, possa, de imediato, rever a posição do Banco do Brasil, aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia, no Grande Expediente.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na semana passada apresentamos a esta Casa e ao Paraná fatos que pudemos, "in loco", fazer a verificação; e esta Casa, inteligentemente, aprovou Requerimento que está bastante claro quando diz que a Comissão de Deputados, a Comissão Especial Suprapartidária terá um prazo de sessenta dias para levantar os possíveis casos de trabalho escravo na localidade de Laranjeiras do Sul.

Estivemos em contato com Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Segurança; estivemos em contato com Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, que demonstrou de fato uma preocupação bastante grande com relação aos fatos denunciados pela imprensa naqueles momentos. Lamentavelmente, no domingo próximo passado, a "Folha de Londrina", que lá esteve presente, traz como manchete uma declaração do Secretário Favetti dizendo que esteve no local e não viu trabalho escravo naquela localidade. Isso é lamentável, nós não sabemos qual é a intenção de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Segurança, não sabemos se tem intenção de desmobilizar a comissão, ou os Deputados, ou a sociedade que esteve lá presente;

porque lá quem esteve foi a imprensa do Paraná muito bem representada e quem trouxe ao conhecimento do Paraná e do Brasil foi a imprensa paranaense, que também é séria, e ela pôde verificar e constatar "in loco" o que lá se fazia, e ouviu naquelas oportunidades também declarações de moradores de que aquele caso que estava levantado representava apenas um pequeno caso, diante do que havia na região de Laranjeiras do Sul.

Diz a nota publicada pela "Folha de Londrina": "O Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, e o Delegado Marco Antônio Bazan, já retornaram de Laranjeiras do Sul para Curitiba. Eles passaram uma tarde no Município investigando casos de empregados de fazendas em condições de trabalho escravo, mas não encontraram nenhum".

Eu creio que o Secretário de Segurança deve estar com a visão pouco melhor que a nossa, ou está tentando nos chamar de medíocres, ou de cegos, como também com essa nota eu creio que ele pretende descaracterizar o que disse à imprensa paranaense. E nós sabemos que a realidade está acontecendo em termos de segurança neste Estado, nós temos visto freqüentemente Deputados da Bancada de sustentação do Governo nesta Casa cobrar segurança em suas regiões; e não sabemos qual é a intenção, volto a repetir, das declarações feitas pelo Secretário Favetti, inclusive dizendo mais adiante que havia deixado uma orientação entre parênteses à imprensa local para que se houver outras denúncias, "que sejam comunicadas à Delegacia de Polícia". Eu creio que a preocupação de Sua Excelência, o Secretário de Segurança, foi o fato de que lá estivemos sem que antes comunicássemos à Delegacia de Polícia, e, "in loco", nós pudemos verificar, constatar os casos e ter denúncia de que os próprios agentes de segurança daquela localidade estavam envolvidos no processo. Talvez seja esta a mágoa de Sua Excelência o Secretário de Segurança. Mais adiante diz: "Ele disse também que deixou em Laranjeiras quatro agentes de polícia tratando do assunto. Eles devem ficar lá até segunda ou terça-feira e se houver qualquer novidade, me avisam". O delegado, continuando, o delegado voltou convencido de que: "Não houve um problema de escravidão branca na Fazenda Gralha Azul, cujo proprietário, Oliveira da Silva foi preso pelo Promotor Público na segunda-feira". Nós acreditamos que com uma afirmativa dessa natureza, já que não houve flagrante, que foi comprovado pelo representante do Ministério Público que decretou a prisão em flagrante daquele fazendeiro, também devia Sua Excelência o Secretário de Segurança, ter determinado, como Secretário, ao Ministério

Público a soltura daquele cidadão que pelas declarações do Secretário, está preso indevidamente. Devia ele ter determinado também isto, devia ele ter dito, e aqui ele procura dizer, por notas dessa natureza, que tanto os representantes do Ministério Público, quanto os Deputados presentes, quanto a imprensa do Paraná, não viram nada e querem criar apenas uma fantasia, um sensacionalismo, ou coisa parecida.

Mais adiante, lamentavelmente afirma: "O delegado voltou convencido...", e mais adiante diz: "Aquele mulher, Sebastiana de Almeida Santos, deu um depoimento dizendo que é bem tratada, que recebe salário e que o dono da fazenda é padrinho do filho dela". O único erro dele foi deixar ela morando perto dos porcos. Por que Sua Excelência e Senhor Secretário da Segurança não pediu àquela trabalhadora ver onde ela estava morando durante sete anos? Por que o Secretário de Segurança também não pediu àquela trabalhadora e aos outros que faziam parte e que fizeram a denúncia, as respectivas Carteiras de Trabalho, onde constassem os salários, onde constasse, de fato, o emprego e que não eram escravos? Porque nós temos certeza que o trabalho escravo não se dá, apenas, pelo regime da época do Brasil-Colônia, com o amarramento desse cidadão pelas pernas e pelos braços, mas se dá da forma como está se fazendo e como recebemos as denúncias naquela região. Trocando-se o trabalho daqueles trabalhadores, os invés de salário, está sendo trocado por ração, por prato de comida que não representam as necessidades da própria família, que não representam as necessidades do trabalhador. Ele tem competência para comprar o seu alimento e o alimento da sua família e não desta forma como aqui está dizendo. Quer dizer, que Sua Excelência o Secretário de Segurança concorda que o trabalhador deva trabalhar, mas não deva ter salário, não deva ter Carteira de Trabalho assinada e isso não representa trabalho escravo.

Mais adiante a esposa do fazendeiro chama aquela trabalhadora que a serviu durante sete anos, de parasita: "Aquele trabalhadora é uma parasita!". Isto é lamentável, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Acho que não é desta forma que se atende, que se ouve o trabalhador que tem coragem de denunciar vergonha tamanha, como esta que está acontecendo nesta fazenda, denunciado pelo próprio Ministério Público que, "in loco", constatou os fatos. Não fez como o Secretário de Segurança que lá esteve após as denúncias. Porque a afirmação que pudemos ouvir naquela localidade, é que o trabalho escravo já havia sido denunciado por diferentes vezes às autoridades do Paraná e nenhuma medida

havia sido tomada até aquela oportunidade. Passou-se apenas a ter uma preocupação do Secretário de Segurança a partir do momento em que a imprensa séria do Paraná, e toda ela, deu divulgação dos fatos que tivemos coragem de ir constatar.

Destacamos também a preocupação de Sua Excelência, o Governador do Estado que, de fato, cobrou da Secretaria da Segurança uma ação mais efetiva que pudesse constatar o que estava sendo denunciado. Sua Excelência, o Senhor Governador se preocupou diante daqueles três cidadãos, diante daqueles três trabalhadores, que estiveram no Palácio e deu a eles a garantia da proteção através do Governo do Estado, através dos órgãos competentes, e não com declarações maldosas, como esta do Secretário de Segurança, que procura, com isto, descaracterizar um fato que tomou repercussão nacional.

Consideramos tremendamente lamentável quando mais adiante afirma-se que Reinaldo Medeski, conhecido por "Renato", vive naquela localidade de favor. Ora, isto é brincadeira! O trabalhador está lá com sua família, dando seu trabalho do dia a dia. E se vê uma declaração desta natureza: este cidadão está lá de favor...

Nós entramos em contato com o Dr. Nivaldo, que é promotor daquela localidade; estamos assistindo, mesmo de longe, mas em contato freqüente, a sua preocupação com o desdobramento daquele caso, após a visita do Secretário de Segurança Pública do Paraná. Criou-se um clima de contradição. O próprio cidadão que diante do Ministério Público deu declarações que não recebia salário e que era explorado de forma lamentável, este próprio cidadão diante do Juiz procura contradizer aquilo que disse.

Da mesma forma, está se criando um clima totalmente contrário, através da imprensa daquela localidade, dizendo que aquilo ali nada mais foi, e isto foi afirmado por um cidadão que ouviu do Secretário de Segurança: isto foi uma montagem política do PT.

Estivemos presentes "in loco". Não pertencemos ao PT, respeito a postura corajosa dos Deputados do PT. Juntos estivemos lá defendendo e não vimos montagem política. Vimos simplesmente uma montagem da defesa do direito do trabalhador deste Estado. Não participamos de montagem política. Jamais quisemos voto, pisando no pescoço do trabalhador para subir.

Também não se teve uma resposta. O Secretário de Segurança também podia dar uma resposta sobre o porquê de ter desaparecido uma das testemunhas daquele caso que é o Senhor Benur. Onde está este cidadão? Porque a informação que inclusive levamos a Sua Excelência, o Senhor Governador é que aqueles cidadãos corriam risco

de vida. Os três que estiveram aqui. Não porque haviam sido deslocados para outro município, mas que aquele cidadão corria risco de vida, o Benur, assim como o Renato. E este cidadão procurado na Região, a informação é que ele desapareceu, ele é um andarilho e não se sabe onde está. Só que ele esteve prestando serviço aos fazendeiros durante sete anos. Este cidadão desapareceu, aonde está o cidadão, porque ele não foi testemunhar, não voltou mais à fazenda, não está na localidade e a informação que se tem é que o desaparecimento dele já foi trabalhado, é que esse cidadão já deve até ter sido executado, então este é o caso.

O que nós queremos não é sensacionalismo, nós queremos, como bem diz o requerimento que foi aprovado por esta Casa, nós queremos o levantamento, nós queremos a verificação dos fatos, se há erros vamos mostrar à sociedade paranaense. Mas vamos mostrar sem demagogia, não vamos tentar acobertar o que lá nós conseguimos testemunhar. Daqui há pouco, o Secretário de Segurança vai afirmar como está dizendo aqui, daqui há pouco, ele vai afirmar que bandidos são aqueles trabalhadores, e não seus exploradores, daqui há pouco ele vai afirmar que quem está sendo explorado é o fazendeiro, são aqueles proprietários e não aqueles trabalhadores. Isto é uma colocação lamentável que se ouve de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Segurança, que antes de saber o final dos fatos, coloca uma declaração procurando, ao invés de ajudar, procurando conturbar, procurando um clima pior ainda a um trabalho que vinha sendo feito de forma digna e respeitável ao trabalhador.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Eu apenas quero me solidarizar com o seu pronunciamento e acrescentar que para mim não é nenhuma surpresa esse comportamento do nosso Secretário de Segurança do Paraná. Aliás, eu até começo a duvidar da própria lisura dos concursos que a Polícia Federal faz no Brasil para admissão de seus Delegados. Eu tenho visto o tino e o faro policial do nosso Secretário: realmente é de espantar. Eu me recordo numa ocasião, há poucos meses atrás, nós denunciávamos ao Secretário, a existência de um processo de constituição de milícias privadas na área rural para atacar e eliminar trabalhadores rurais sem terra. O Secretário dizia que nós estávamos delirando. Poucos dias atrás, os próprios trabalhadores sem terra que não tiveram nenhuma guarida, nenhum apoio da Polícia, foram compelidos a ocupar uma sede da fazenda, onde encontraram

lá armamentos pesados, inclusive metralhadoras de propriedade do Exército Argentino.

Também esse nosso Secretário, realmente tem um faro policial excelente. Há poucos dias atrás, eles mobilizaram toda Polícia Militar do Paraná que iam caçar cambistas de jogos do bicho, pessoas desempregadas, deficientes físicos que vivem do trabalho da coleta do jogo do bicho. Enquanto isso, num hospital da região Norte do Paraná, uma quadrilha libertava um poderoso traficante e ladrão de automóveis. Então, realmente não é de se surpreender, que o faro policial desse nosso Secretário realmente inexistia, porque basta se perguntar apenas um fato: se o nosso Secretário tem noção do que significa a velha CLT no Brasil, que determina expressamente que não pode haver trabalho sem a devida contra-prestação em espécie, em dinheiro. Então, se o nosso Secretário infelizmente não sabe disso, nós poderemos traduzir a ele que o resultado numa situação de uma relação social onde existe o trabalho e que não há o pagamento do salário, isso se constitui em escravidão branca, que é inconstitucional e que é condenado por todas as convenções internacionais do trabalho, pelas Nações Unidas, e me parece que o nosso Secretário é aquele mesmo que inclusive, esses dias, numa reunião na Assembleia Legislativa do Paraná, disse que o nosso Estado era igual aos países da Europa e do Terceiro Mundo, nas cidades do Paraná, que não havia violência, que tudo isso estava uma beleza, quando nós vimos aqui e tivemos a presença da CPI da violência no campo, do Congresso Nacional aqui nesta Assembleia, esse foi o posicionamento do nosso Secretário de Segurança. Ele não enxerga a violência que passa sobre os olhos dele, ou melhor, ele vê, mas não enxerga.

Então, eu acredito que o Governo do Estado do Paraná deveria observar com mais cuidado, nós temos tantos bons quadros na área de segurança do nosso Estado que estão à disposição do Governador, e é lamentável que o Governo do Estado do Paraná, que se diz um Governo comprometido com os trabalhadores, que diz que o Paraná é o Brasil que deu certo, que aqui, aparentemente, nós vivemos numa ilha de prosperidade, possa permitir que o Secretário de Segurança, com todas as provas e evidências, procure encobrir as evidências de trabalho escravo no nosso Estado que nos envergonha perante a Nação e o mundo.

Este mesmo Governador que gosta das viagens nababescas ao Oriente, que diz que lá no Oriente descobriram o Paraná, que começasse realmente olhar com mais atenção aos quadros que tem no primeiro escalão, a começar pela Secretaria de Segurança, por-

que o tino e o faro policial desse nosso Delegado é, realmente, lamentável. O nosso Secretário de Segurança no Paraná, tem cometido uma sucessão de gafes, uma sucessão de cegueiras, uma sucessão de incompetências têm sido registradas nessa Pasta.

Então, eu quero me solidarizar ao pronunciamento de Vossa Excelência e reafirmar aqui, relembrar esses dados, porque não é de hoje que este Secretário vem "pisando na bola".

Era isso, muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a Vossa Excelência e gostaria ainda de levantar outras preocupações, porque naquela localidade nós estivemos presentes, imprensa que cobre esse Estado a exemplo da "Folha de Londrina", "Jornal do Estado", "TV Globo", "TV Bandeirantes", que, através dos seus meios de comunicação, levaram a preocupação que também nós estávamos tendo.

Estivemos naquela localidade e também a isto não respondeu Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança, quando lá recebíamos denúncias e vimos o filho daquele fazendeiro passar com um carro roubado, e esta afirmativa nós tínhamos da Polícia Militar local: "Este carro é roubado". E tínhamos também em conversa com as autoridades daquela localidade, conhecimento da existência de desmonte de carros.

Então, o que o Paraná pede, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são respostas a estas denúncias e não trocas de acusações, e não a tentativa de esfriar um trabalho sério, porque lá esteve uma comissão séria; e nós não fazemos parte de maracutaia para se conseguir ibope. Nós viemos a esta Casa, como tenho certeza de que a maioria dos Senhores Deputados que a compõem para fazer um trabalho sério, em defesa dos interesses do Estado do Paraná. O que nós queremos é que com a mesma seriedade que fomos recebidos por Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, se dêem as garantias aqueles cidadãos que correm risco de vida. Queremos uma solução, queremos que ele traga à sociedade paranaense as carteiras assinadas e os comprovantes de salários que não existem naquelas localidades. Não queremos confronto e este não é nosso papel. O nosso papel é como legislador, representante do povo por coragem de acompanhar esses fatos, de trazer a esta tribuna e ao povo do Paraná a verdade dos fatos. Se fomos mal informados, queremos que a verdade nos seja trazida de forma bastante transparente. Sua Excelência garantiu, e aqui nós temos como testemunha, além daqueles trabalhadores, o Deputado Ovídio, quando o Governador nos afirmava que toda a diligência que

fosse encaminhada aquele local se fizesse acompanhar da Comissão de Deputados. Não sabemos do porquê de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança não ter atendido também a este pedido, a esta determinação de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

O que queremos é que aqueles fatos de desmonte e de assalto a ônibus, que este tipo de escravidão que existe na região seja colocado às limpas e eu tenho certeza que a nossa preocupação é a preocupação da maioria desta Casa e também pelo que demonstrou, a preocupação de Sua Excelência, o Governador Roberto Requião.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Ovídio Constantino - Quero me somar às preocupações levantadas por Vossa Excelência, Deputado Paulo Maia, sobre as declarações do nosso Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

Já levantadas as dúvidas que o Deputado Ernani levantou sobre o Secretário, quando se denunciavam as questões, eu quero ainda relatar alguns fatos.

Quando nós aqui também já solicitamos no final do ano passado uma comissão que foi investigar casos de violência a trabalhadores rurais e posseiros no Município de Pinhão, da mesma forma nós vimos e sentimos corpo mole do Senhor Secretário, com respeito àquela situação. Inclusive por telefone, me insinuando que os responsáveis por aquela situação de Pinhão eram os "sem-terra" e que ele não ia ouvir tanta conversa que estava no ar, porque ele tinha informações concretas no caso.

Uma semana após, os pistoleiros da época incendeiam e queimam três casas de trabalhadores, de posseiros no Município de Pinhão e com todas as denúncias feitas, o Secretário não se preocupava com a situação.

O caso referente a Laranjeiras do Sul, se dá da mesma forma e quando se ouvia no ano passado a CPI do Congresso, ouvia depoimentos do Secretário de que no Paraná não havia violência no campo, nós estávamos vendo todos os dias na televisão, nos meios de comunicação, os contrabandos de armas, as apreensões de armas contrabandeadas, os fazendeiros declarando que estavam se armando para enfrentar as ocupações de terras e o Secretário dizendo que não havia violência no Paraná.

Eu deduzo dessa situação, Deputado Paulo Maia, que o Secretário Favetti deve ter ido à Laranjeiras no domingo, se foi domingo ou sábado, eu não sei o dia que ele esteve lá, e deve ter ido perguntar cinicamente aos fazendeiros se eles tinham trabalhos escravos nas suas fazendas e aí a sua conclusão é a partir das respostas dos fazendeiros. Porque não é possível se

admitir o que a imprensa mostrou para o Estado inteiro. O que o Ministério Público verificou "in loco", naquela fazenda e o que nós verificamos "in loco" e o Secretário dar essas informações.

Eu deduzo que ele deve ter alguns compromissos com os fazendeiros daquela região, porque nós ouvimos, inclusive dos Promotores de Justiça de Laranjeiras do Sul, que aquela região do Estado do Paraná, não só Laranjeiras, como a região Centro e aí eu incluo por conta própria o Município de Pinhão, porque lá nós verificamos aquelas balbúrdias quando a Comissão esteve lá, eu deduzo que a região declarada pelos próprios Promotores é de grandes problemas de violência, de falta de lei, de falta de policiamento e lá estão muitas gangues do Paraná, escondidas naquela região do Estado e o Secretário, ao invés, eu teria de cumprir a determinação do Senhor Governador, de juntamente com a Comissão Parlamentar e o Delegado Especial e o Promotor Especial designado pela Procuradoria fazer as verificações, não só naquele caso, é claro que ele não ia encontrar naquela fazenda. As declarações dizem que ele foi até a Fazenda Gralha Azul, que nós já havíamos ido com o Promotor Público e com a Polícia Militar, provavelmente o fazendeiro não teria mais escravos e depois de tudo o que aconteceu, o Secretário vem com essas afirmações que nos deixam preocupados e nos deixam dúvidas se realmente acontecerá aquilo que o Governador pediu a ele em nossa frente, de que seja realmente fiscalizados e averiguados esses casos de escravidão naquela região do Estado.

E a região é tão violenta, que nós ouvimos lá, o Secretário deve estar totalmente desinformado, porque quando se denuncia, não se denuncia apenas o trabalho escravo. Há boatos ditos por vários elementos lá na região, que por segurança não se identificam, que há desmonte de carros, que até as quadrilhas de assalto a ônibus naquela região e o Secretário se restringe apenas a ir a uma fazenda para verificar esse caso, quando há outras tantas denúncias e que inclusive, há poucos dias passados, um policial foi morto às 4 horas da manhã na Delegacia de Laranjeiras, quando um bando de pistoleiros invadiu a Delegacia, assassinando um policial que era testemunha em casos de roubo de carro e mais contrabando, e não sei mais o que, lá na região. Então, a situação está aí posta e nós ouvimos com muita preocupação essas declarações do Secretário de Segurança, que no meu entendimento deveria ser destituído pelo Governador, porque não está cumprindo a sua função e não está cumprindo as ordens do seu superior, que foi o que determinou a ele, o Governador do Es-

tado, que fosse investigar isto juntamente com a Comissão Parlamentar. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência e para encerrar, Senhor Presidente, os homens que estiveram, a imprensa que esteve presente naquela localidade são sérios e merecem posições sérias diante do povo do Paraná. E queremos aqui, como membro desta Comissão, deixar declarado, a partir destas afirmativas, que a partir de agora, única e exclusivamente, o Senhor Secretário da Segurança será o único responsável pelo desdobramento de fatos, que porventura venham a ser mais lamentáveis na região de Laranjeiras do Sul. Queira Deus que não aconteça, porque nós temos certeza que os objetivos da nossa Comissão, da Comissão que lá esteve, com representantes do Ministério Público, foram os mais sérios possíveis na defesa dos interesses do Paraná e a isto se somou Sua Excelência, o Senhor Governador quando lá estivemos presentes e a resposta, a posição de Sua Excelência, o Senhor Governador que nós precisamos trazer ao povo do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Alves, com a palavra.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que nos traz a esta tribuna, é para lamentar a situação em que se encontra a BR-376, que liga Maringá à Paranavaí. Um trecho de estrada que recebe diariamente um trânsito com mais de 10 mil veículos e se encontra ao abandono. É uma vergonha nacional, quando a gente passa por aquela rodovia e vê tanto buraco, tanta cratera, um desleixo total de uma rodovia brasileira, uma rodovia federal, que infelizmente parece que não temos ninguém para cuidar. Ainda esta semana, Senhores Deputados, foi até interdita pelos próprios motoristas, pelos próprios caminhoneiros que passavam por ali e num protesto do desleixo da rodovia, resolveram interditar com seus veículos, aquele trecho que lamentavelmente não tem mais condições de tráfego. Esperamos que o nosso novo Ministro, Affonso Alves de Camargo, venha olhar com bons olhos as rodovias brasileiras, as rodovias federais e que aquele trecho venha a ser restaurado, para que nós, os motoristas, os nossos caminhoneiros, os nossos carreteiros que passam ali naquela rodovia, que tem saída para o Estado de São Paulo, para o Mato Grosso e para o resto do nosso País, seja restaurada. E esperamos também que o Ministro não venha criar novas ladroagens, tais como o selo pedágio, que só levou o dinheiro do brasileiro e não vimos

essa verba, esse dinheiro, aplicado em rodovia nenhuma do nosso País.

Portanto, nós estamos aqui para lamentar, porque ainda esta semana passada, passando por aquele trecho da rodovia, ficamos abismados e é até uma vergonha.

Outras pessoas que vêm de outros Estados, como o Estado de São Paulo, que é um Estado que tem belas rodovias, bem cuidadas, bem sinalizadas; passar por um trecho como aquele ali, só vai levar má impressão do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Arlindo Troian - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu queria agradecer o aparte, Deputado e dizer que realmente a sua preocupação é válida, porque participei de uma reunião junto à Associação Comercial de Paranavaí e Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, no qual debateram esse assunto e que foi naturalmente, o desfecho final que fizeram o fechamento daquela rodovia. Sabemos que graves acidentes estão acontecendo e aconteceram e que há mais de um ano, sabemos que foi licitada a obra para o "tapa-buracos" e o recapeamento desta rodovia, mas infelizmente pelos desmandos que estão havendo hoje por parte do Governo Federal, num Ministério que quis quanto ao DNER e o DER e que nada foi feito até hoje, mas é como você bem diz, esperamos que o novo Ministro possa ver e possa realmente voltar a rever as rodovias federais como é a 367, que liga hoje aquele trecho de Nova Esperança ao Porto São José, que está em péssimo estado. Portanto, esperamos que o novo Ministro e os responsáveis que estão aqui no Paraná hoje, responsáveis pelo DNER, o quanto antes, possibilitem a viabilidade de fazer este trecho, apenas o "tapa-buracos", porque não é possível continuar daquela forma como está.

Muito obrigado.

O SR. JOSE ALVES - Nós pedimos aos nossos representantes federais, aos nossos Deputados federais, que se empenhem mais nas coisas...

(Há neste momento, interrupção do som).
...nas coisas do nosso Estado. Eu gostaria que os nossos Senadores, que são três, que os nossos Deputados Federais, que olhassem mais para o nosso Paraná, um Estado totalmente agrícola, que produz tanto para essa Nação e que infelizmente, as nossas rodovias não têm condições.

Senhores Deputados eu quero pedir a Vossas Excelências também, apoio ao nosso projeto que se encontra na pauta de hoje, que é o Projeto de Lei nº 413/91, que torna facultativo o uniforme escolar nas escolas do nosso Estado.

Por exemplo, em Maringá, nesse começo

de ano letivo, houve muita confusão em escola que exigiu o uniforme escolar, fazendo com que até muitas crianças voltassem para casa porque não usavam uniforme escolar.

Sei que a Secretaria da Educação do nosso Estado, não exige uniforme, mas tem escola que está exigindo. Então esse nosso projeto, Senhores Deputados, vem de uma maneira facultativa, adotar o uniforme escolar. Aí será decidido pelo Conselho Escolar de cada escola. Se o conselho escolar decidir que deve usar o uniforme escolar, então que aquele estabelecimento de ensino use uniforme escolar. E, se decidirem que não vão usar uniforme escolar, que as professoras, as diretoras, não façam mais com que o aluno volte para casa sem freqüentar a aula porque não está trajando uniforme escolar.

Ainda outro dia, num programa do Deputado Carlos Simões, nós vimos uma denúncia de uma escola aqui na Capital que fez voltar para casa mais de duzentas crianças, porque não estavam usando uniforme. Então esse nosso Projeto nº 413/91, vem trazer o ponto facultativo, ou seja, torna facultativo o uniforme escolar nas escolas do nosso Estado. Espero que apoiem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).- PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Neste momento de grande recessão, desemprego, queda brutal do poder aquisitivo da classe trabalhadora, é fundamental que os Estados e os Municípios e outras unidades da Federação que não dispõem de competência para alterar a política econômica do Governo Federal, é fundamental, todavia, que tanto os Estados quanto os Municípios tenham a sensibilidade e o compromisso social de minimizar os efeitos da recessão, do desemprego e dos baixos salários sobre a população mais carente.

Os Estados e os Municípios, através das suas políticas de serviço público em especial, têm um papel relevante na distribuição indireta da renda. Através da qualidade e dos baixos custos dos serviços públicos essenciais é que poderemos reduzir os dispêndios com esses gastos da população ao mesmo tempo em que melhoramos a qualidade de vida do nosso povo.

O Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, se notabilizou no nosso Estado pela firme política, dura, de denúncia e combate à exploração do transporte coletivo, inclusive, de forma fraudulenta em nossa Capital.

Foi do Governador do Estado do Paraná, então Prefeito de Curitiba, a instalação da sistemática da centralização da arrecadação.

dação das tarifas do transporte coletivo, como forma de fazer com que o Poder Público se apropriasse dos enormes ganhos financeiros que tinham as empresas particulares e cuja receita não era contabilizada no cálculo das tarifas de ônibus.

Neste momento em que o Governador do Estado tem a possibilidade real de adotar uma política de controle rigoroso e de redução dos custos das tarifas do transporte intermunicipal e metropolitano, nós assistimos lamentavelmente a uma incoerência grave na política de fixação das tarifas de ônibus, especialmente da Região Metropolitana de Curitiba.

Eu quero citar aqui aos Senhores Deputados alguns dados. Durante o ano que passou, de março de 91 até este mês, os custos no sistema de transporte coletivo no Estado do Paraná, aumentaram em 828,57% durante este ano. Entretanto, a tarifa de Almirante Tamandaré a Curitiba passou com um aumento de 900% neste período. São José dos Pinhais, 833%. Piraquara - Curitiba, 1076%.

Vejam bem, Senhores Deputados, uma pergunta para responder o nosso Secretário dos Transportes do Estado do Paraná: por que é que as tarifas dos ônibus metropolitanos da Região de Curitiba subiram mais do que os custos reais do transporte coletivo, que subiram 828%? É uma boa pergunta ao nosso Secretário.

Mais do que isso: aqui na Região Metropolitana de Curitiba, o transporte coletivo não tem a mesma sistemática da arrecadação centralizado pelo Poder Público, que depois repassa às empresas, através do quilômetro rodado.

Para apenas dar mais um dado aos Senhores Deputados: apenas hoje a aplicação da receita do transporte coletivo no mercado financeiro rende, no mínimo, 4,17% às empresas particulares que exploram o transporte metropolitano na nossa região. 4,17%, Senhores Deputados, o que corresponde a uma receita adicional de perto de 300 milhões de cruzeiros mensais, que estão sendo tirados do bolso dos trabalhadores!

Então, eu quero aqui fazer um apelo ao Vice-Líder do Governo, digo, ao ilustre Líder do Governo, que peça ao nosso Secretário dos Transportes, por sinal, da minha Cidade de origem, para que explique a esta Casa e que explique à população do Paraná, por que é que os empresários da região metropolitana de Curitiba estão sendo beneficiados com aumentos acima da inflação, de 900, 1076%, enquanto o salário mínimo subiu, no mesmo período, apenas 464%?

Senhor Mário Pereira, nos responda, por favor, por que é que as empresas particulares da Região Metropolitana de Curitiba estão sendo beneficiadas com aumentos

acima do custo! Enquanto o nosso povo não tem reajuste de salário! Será que o Governador Roberto Requião sabe disso? Ele que fez do transporte coletivo da denúncia, da apropriação do salário do trabalhador por empresários do transporte coletivo um ponto fundamental da sua imagem política? Este Governo que pendurava pneus no seu gabinete como forma de denúncia e protesto quanto à política do então Prefeito Jaime Lerner? Será que o Governador do Estado sabe e compactua com isto?

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu como cidadão de Cascavel gostaria que o nosso vice-Governador do Estado e Secretário do Transporte respondesse a essas perguntas, para que não parrassem dúvidas no ar.

Eu apenas pediria ao Senhor Governador, se for mandar investigar as tarifas, que por favor não dê esta tarefa ao nosso Secretário de Segurança, porque realmente, o faro policial dele, a visão que ele tem, eu temo que os trabalhadores passarão a ser os bandidos e não as vítimas nesta história.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Eu entendo, Deputado, sendo muito prudente de vossa parte os questionamentos que faz com relação à fixação das tarifas do transporte de passageiros no Estado do Paraná.

Agora, não podemos evidentemente concordar com as alegações e insinuações que faz V.Exa. quanto à postura que vem adotando o Governador ao fixar estas tarifas. V.Exa. sabe e é, se não me falha a memória, um dos subscritores do pedido de constituição de uma CPI, nesta Casa, que trata de assunto correlato. Então, eu acredito que antes de fazermos um julgamento, se o Governador está agindo erradamente ou de má fé, quando fixa as tarifas de transporte de passageiros, vamos aguardar as conclusões da C.P.I. que tramita nesta Casa sobre a Presidência ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque se ali foram constatadas realmente irregularidades, aí nós poderemos falar que o Governador está agindo de forma errada, de forma incorreta como V.Exa. procura demonstrar na tarde de hoje e não ficarmos aqui levantando hipóteses, suposições em cima de coisas que realmente não tem fundamento e que a C.P.I. nos dirá se o Governador vem agindo ou não de forma irregular quando da fixação das tarifas.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte do ilustre Líder do Governo, mas estamos falando sobre banana e não sobre laranja. Eu estou aqui questionando com dados concretos reais porque é que as tarifas do

transporte na Região Metropolitana de Curitiba sobe mais do que os custos do sistema e porque é que não se computa sequer o ganho financeiro da aplicação da receita desse sistema. São perguntas específicas, claras e diretas a serem respondidas pelo nosso Secretário do Transporte. E eu espero que o Governador do Estado do Paraná, pelo menos a partir dessa colocação, tenha a preocupação de mandar investigar com detalhes esses dados, porque a matemática nobre Deputado Pessuti, ela não mente, infelizmente os dados que eu tenho aqui são dados oficiais e eu não posso deixar de divulgá-los. Agora eu gostaria que houvesse uma explicação sobre esses dados, qual a razão do aumento acima da inflação, num momento que o salário mínimo sobe a metade dos custos da tarifa e porque é que não se computa a receita da aplicação financeira que hoje é no mínimo de 4.17% mensais, fora do reajuste que veio acima da inflação e acima dos custos reais do sistema. Eu deixo essa pergunta no ar, a serviço de que está esse Governo, se é dos empresários do sistema ou se é dos trabalhadores que já são penalizados pelo Governo Collor e a sua política econômica e salarial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se
a

ORDEM DO DIA

Com a presença de 48 Srs. Deputados.
Sobre a mesa, Ofício nº 403/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias do dia 14 do corrente mês, em virtude de compromissos externos a esta Casa. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

A Mesa, baseada no Art. 31 do Regimento Interno, vai dar a composição das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA -

PMDB - 12 Deputados, 03 componentes.

PST - 08 Deputados, 02 componentes.

PFL - 08 Deputados, 02 componentes.

PTB - 06 Deputados, 02 componentes.

PDT - 06 Deputados, 02 componentes.

PRN - 04 Deputados, 01 componente.

PSDB - 04 Deputados, 01 componente.

PT - 03 Deputados, 01 componente.

PL - 03 Deputados, 01 componente.

As Comissões constituídas de sete Deputados: Comissão de Finanças, Comissão de Orçamento, Comissão de Agricultura, Comissão de Obras Públicas, Comissão de Educação, Comissão de Terras, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Saúde Pública, Comissão de Redação, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Turismo, Comissão de

Ecologia, Comissão de Fiscalização da Assembléia, serão constituídas da seguinte forma: PMDB, um; PST, um; PFL, um, PDT, um; PTB, um; PSDB, um e PRN, um.

Comissão de cinco membros; PMDB, PST, PFL, PTB e PDT.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu evidentemente não estava informado que Vossa Excelência iria anunciar hoje, e poderemos até, se Vossa Excelência nos der um tempo, caçar aqui nos nossos papéis as contas que fizemos com a devida constituição das Bancadas após as mudanças ocorridas até o dia 12.

Pelos levantamentos e pelos cálculos anotados pela Liderança do PMDB, não podemos concordar com a sugestão, com o anúncio de Vossa Excelência de que caberá nas Comissões de 7 Parlamentares, apenas um da Bancada do PMDB, que possui 12 Parlamentares nesta Casa.

Na divisão, fica o PMDB com 1,55 e na nossa avaliação compete ao PMDB dois Parlamentares nesta Comissão, porque Vossa Excelência está atribuindo um Parlamentar ao Partido que tem na divisão apenas 0,51, enquanto que o PMDB, que tem três vezes mais esta representação, teria que ficar com dois Parlamentares representantes na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa decidirá a Questão de Ordem de Vossa Excelência na sessão de amanhã.

Permanece para as Comissões de 5 membros a representação de cada Bancada, PMDB, PFL, PST, PDT e PSDB.

A Mesa solicita às lideranças que façam a indicação dos membros respectivos.

Requerimento do Deputado Constantino, Toti Colaço, Paulo Maia e Mário Bezerra, solicitando a constituição de uma Comissão de cinco Deputados. Obedecerá ao critério da representação já anunciada, PMDB, PST, PFL, PTB e PDT. Cada um representado por um Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento do Plenário e desta Liderança, trata-se da Comissão que irá avaliar o assunto relacionado ao trabalho escravo na região de Laranjeiras do Sul? Sim? Então indicamos o Deputado Toti Colaço, pela Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebis-

cito na área que especifica, para a criação do município de ARIRANHA, desmembrado do município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. EMENDAS DE PLENARIO. PARECER FAVORAVEL a emenda n° 01 de plenário e contrário a de n° 02.

Em votação a Emenda. - Aprovada.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 382/81, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que autoriza o Poder Executivo a organizar o período letivo e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. - (Publ.no D.A. n° 106, de 29.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 382/91

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

O nobre Deputado Geraldo Cartário tomou a iniciativa de, através de projeto de lei, que leva o n° 382/91, autorizar o Poder Executivo Estadual a organizar o calendário escolar e estabelecer que os meses de janeiro e julho seriam, obrigatoriamente, reservados às férias.

Analisando a legislação que trata da matéria, constata-se que: 1) O art. 24 da Constituição Federal estabelece: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto";

2) O art. 13 da Constituição Estadual afirma: "Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: IX - educação, cultura, ensino e desportos";

3) O Estatuto do Magistério, em seu art. 56, estabelece: "As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da unidade, Centro Interescolar ou Complexo Escolar de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas."

Mais recentemente o Decreto Federal n° 13, datado de 23 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o número de dias letivos e sobre a carga horária do ensino fundamental, preceitua: - "Art. 1° - Fica estabelecido, a partir do ano de 1991, em duzentos o número de dias letivos, independentemente do ano civil e respeitadas as peculiaridades regionais. Art. 2° - O ensino fundamental compreenderá, anualmente, pelo menos oitocentas horas de atividades, devendo essa carga horária passar, até 1993, para mil e duzentas horas anuais".

Diante do exposto, concluímos que a proposição é legal. Contudo, na qualidade de relator e constatando que a matéria re-

quer, além de legalidade, profundos conhecimentos técnicos, solicitamos que o presente projeto de lei seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação, a fim de que a mesma se pronuncie a respeito da viabilidade de o mesmo ser transformado em lei, principalmente no que se refere ao parágrafo único do Art. 1°.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 24.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 382/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado Geraldo Cartário, enseja que se autorize o Poder Executivo do Estado a organizar o calendário escolar de forma a estabelecer que os meses de janeiro e julho sejam reservados às férias, propiciando um convívio melhor entre o aluno e a família.

Não obstante as considerações emitidas pela Secretaria de Estado da Educação, impõe dizer que o projeto de lei SUB EXAME, no mérito, apresenta-se apto para ser acolhido por esta Comissão e prosseguir a sua tramitação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) EMÍLIA BELINATI - Presidente

RENATO ADUR - Relator

- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, este projeto de lei, no nosso entendimento, não cabe à Assembleia Legislativa tratar desse assunto, organizar o período letivo e outras providências.

Isso, no nosso entendimento, é assunto que a Secretaria de Educação vem tratando com muita propriedade, baseada em cima de normas e também daquilo que estabelece o Conselho Estadual de Educação, e também me chama a atenção, Sr. Presidente, os pareceres da Comissão de Justiça e da Comissão de Educação, todos eles por unanimidade que sugerem a transformação desse projeto em sugestão ao Poder Executivo, em diligência ao Poder Executivo.

Por essa razão, nós apelamos ao Deputado Geraldo Cartário que transforme o seu projeto de lei em sugestão, ou retire da Ordem do Dia, sem o que teremos que votar contrariamente até para seguir a orientação que nos presta, neste momento, a Comissão de Constituição e Justiça e de Educação.

O SR. NILTON BARBOSA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Líder do PMDB que deixasse que o projeto fosse votado na tarde de hoje, até mesmo porque o Deputado Geraldo Cartário se encontra ausente. E quando da sua segunda votação, há tempo suficiente para que o Líder do PMDB e o Líder da nossa Bancada, o PST, possam conversar e chegar a um entendimento.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, está com inteira razão o nobre Deputado Orlando Pessuti. A Casa não poderia votar em Primeira Discussão, hoje, porque é justamente a discussão que trata da constitucionalidade das leis. Então, sugiro à Mesa, na ausência do Deputado Cartário, a retirada do Projeto da Ordem do Dia, mas jamais ser votado um projeto flagrantemente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa, ex-offício, retira o projeto por duas sessões.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Tem a nossa concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que torna facultativo o uso de Uniforme Escolar nos estabelecimentos Estaduais de Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. (Publ. nº D.A. nº 116 de 18.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 413/91

P A R E C E R:

O douto Parlamentar propõe projeto de lei que visa tornar facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º a 2º graus, e dá outras providências.

Na sessão da Comissão de Constituição e Justiça do dia 1º de outubro de 1991, esta Relatora requereu, preliminarmente, a manifestação do Conselho Estadual de Educação sobre a proposta.

A presente proposição foi analisada pelo citado Conselho e o seu eminente Relator, professor Teófilo Bacha Filho acabou por sugerir algumas modificações, tornando ainda mais democrática a intenção do Autor, e ressaltando que a proposta é viável e de grande valor. O Relator do C.E.E. comenta que o termo "Conselho Escolar" possui um significado mais restrito, por isto sugere que seja substituído por "Co-

munidade Escolar", de acordo com o Art. 5º da deliberação nº 020/91, do próprio Conselho Estadual de Educação, de forma a que a decisão sobre a adoção do uniforme reflita a expectativa de todos os envolvidos diretamente nesta questão, concretizando-se o princípio de gestão escolar democrática.

Diante do exposto, não encontramos óbices para a tramitação do presente nesta Casa; somos pelo Parecer favorável, mas para melhor adequar o texto à pretensão do Autor apresentamos substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.

PROJETO DE LEI Nº 413/91

P A R E C E R:

Art. 1º - É facultativo o uso de uniforme escolar para os alunos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e de 2º Graus.

§ 1º - A adoção do uniforme escolar em cada estabelecimento da rede estadual de ensino será decidida pela comunidade escolar, em assembléia geral convocada pela Direção do estabelecimento para tal finalidade, e terá validade por 4 (quatro) anos.

§ 2º - Findo esse prazo, a comunidade escolar decidirá, em assembléia convocada para esse fim, sobre a continuidade, ou não, da adoção do uniforme escolar.

§ 3º - Decidida novamente a adoção do uniforme escolar, o período de adoção será sempre por 4 (quatro) anos.

Art. 2º - Fica, por esta lei, revogado o artigo 3º da Lei nº 7.962, de 22 de novembro de 1984.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 413/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Alves, o Projeto de Lei nº 413/91, visa tornar facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Em trâmite pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria ora proposta, mereceu por parte daquela Comissão,

Parecer favorável, sendo ainda apresentado Substitutivo Geral, substituindo os termos "Conselho Escolar", de significado mais restrito, por "Comunidade Escolar", termo que reflete mais a expectativa de todos os envolvidos diretamente nesta questão.

Esta douta Comissão de Educação Cultural e Esporte, face ao já exposto, e não tendo encontrado óbice tanto de natureza legal, regimental ou constitucional que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei, emite o seu Parecer FAVORÁVEL, na forma do substitutivo já proposto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 413/91.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, julgamos totalmente desnecessário o projeto de autoria do Deputado José Alves. O projeto pretende transformar, tornar, melhor dizendo, facultativo o uso do uniforme escolar nos estabelecimentos de 1º e 2º graus, e apelo ao nobre Deputado para o que dispõe a Lei nº 7.962, que diz que fica proibido em todos os estabelecimentos da rede escolar de ensino a obrigatoriedade do uniforme; quer dizer, está proibida a obrigatoriedade, não significa que quem queira usar não o possa fazer. E além do mais, Senhor Presidente, entendemos nós que hoje existe o Conselho Escolar, que tem poderes a nível de escola, reunindo pais, professores e alunos decidir sobre os mais diferentes assuntos ligados ao funcionamento do estabelecimento de ensino. Como a lei que existe, ela diz que é proibido a obrigatoriedade, ela de algum modo, de alguma forma, já está permitindo, ela já está facultando que quem quiser usar, pode; não é obrigado, agora, quem quiser estabelecer a nível do colégio, pode. Então, eu acho que não tem fundamento nenhum nós votarmos esse projeto, tornando facultativo aquilo que hoje não é de um todo proibido, que já é facultado esse direito, até mesmo porque poderes para isso tem o conselho escolar. Por esta razão, nós votaremos contrário ao projeto de lei do Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, hoje no nosso Estado do Paraná, como aconteceu na semana passada numa escola estadual aqui da Capital,

quando uma diretora fez voltar para casa mais de duzentos alunos que não trajavam uniforme. Esse nosso projeto Deputado, Líder do Governo, torna facultativo, e quem vai decidir é o Conselho da Escola. E se os Conselhos reunirem e acharem que a escola deve usar uniforme, vai usar; não é porque a Diretora quer que as crianças, os alunos usem o uniforme. Quem vai decidir não é a Diretora, quem vai decidir é o conselho da escola. Agora, se o Conselho optar por usar o uniforme, a escola passa a usar o uniforme; se o Conselho optar que não vai usar, não usa, porque o que está acontecendo hoje é que não é obrigatório, mas muitas escolas do nosso Estado, inclusive Maringá, nesse começo de ano letivo, houve muitas discórdias entre pais e professores, entre pais e Diretores de escola, porque umas querem que usem e outras querem que não. Então, esse nosso projeto vem facultar, se a escola quiser usar quem vai decidir é o Conselho da Escola e não a Diretora.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Mas é o que acontece hoje, já, Senhor Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado José Alves disse que na semana passada, numa escola do Estado, cerca de duzentos alunos voltaram porque não tinham uniforme. No meu entender, quem tem que voltar para casa é a Diretora da escola que não está cumprindo a lei que exige, que dá hoje inteira liberdade de usar ou não o uniforme. Portanto a gente pede ao Deputado José Alves que dê o nome dessa escola que é muito importante apurar as irregularidades que existem. Por isso, nós entendemos que essa Lei, que no artigo 1º, diz que é facultativo, quando entramos nos parágrafos ela limita, então não é obrigatório. Porque coloca como decisão, nem é do Conselho porque o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça remete à comunidade escolar, não está mais no Conselho a proposta que vem aqui. E a Lei nº 7.962 já diz que é proibido, se é proibido, é facultativo. E quando o nobre Deputado recorre à Constituição no Artigo 206, diz ele que: "... o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". Nós entendemos que a igualdade para a permanência na escola é igualdade de condições de vida, são condições sociais e obrigar uniforme cria uma diferença social quando muitos pais não conseguem nem comprar material escolar e vai ter que comprar uniforme. Portanto, a Bancada do PT se posiciona contrário a esse projeto e pela manutenção da Lei nº

7.962. Obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

- Eu faço um apelo ao Deputado José Alves, pedindo a retirada do seu projeto, uma vez que já se tornou polêmico aqui no Plenário. E quero também colocar minha posição de que votarei contrário, em razão de que nós sabemos que não são todos os pais que têm condições de comprar uniforme para seus filhos. Deputado José Alves eu já o conheço ao longo da história da sua vida, sei também das dificuldades que passou durante a sua vida, e sabe que não são todos que terão essa possibilidade e aí aqueles que têm a possibilidade, nós estaríamos discriminando os filhos dos trabalhadores que não têm essa possibilidade.

Então eu voto contra, mas mesmo assim faço um apelo ao Deputado José Alves que retire o projeto para um melhor estudo, principalmente discutir com a Comissão de Educação desta Casa.

O SR. JOSE ALVES (Pela Ordem) - Nós retiramos então o Projeto para melhor estudo por 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado José Alves. APROVADO. Fica portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 413/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que reconhece oficialmente a competição nos Jogos Juventude. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 506/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, o presente plano de lei visa reconhecer oficialmente pela Secretaria de Estado da Educação, os "Jogos da Juventude", evento promovido pela Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR.

Quanto ao aspecto constitucional da matéria, não vemos qualquer empecilho à sua aprovação, já que a Constituição estadual cita que compete concorrentemente ao Estado legislar sobre desportos e encontramos nela o dever do Estado de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações quanto à organização e funcionamento, destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador, incentivo a programas de recursos humanos à atividade esportiva e criação de medidas de apoio e valo-

rização do talento esportivo - arts. 13, inc. IX e 197 e seus incisos.

Assim sendo, por entendermos ser a matéria constitucional e legal, nos posicionamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 506/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, visa reconhecer oficialmente pela Secretaria de Estado da Educação os "Jogos da Juventude", evento promovido pela Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR.

O presente projeto obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, só temos a destacar o louvável mérito da medida proposta que vem contribuir para o desporto paranaense.

Pelos motivos expostos e os contidos na justificativa do autor, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba, Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - (Publ. no D.A. nº 118, de 20.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 525/91

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a promover a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Na sessão desta Comissão, realizada no mês de dezembro de 1991, esta Relatora solicitou diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, para que se manifestasse quanto à pretensão do autor.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, em resposta ao solicitado, não manifestou divergência quanto à proposta, e sim só propôs nova redação para o art. 1º.

Diante da resposta e procedida a análise da matéria, a presente proposição

preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela tramitação normal do presente nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 525/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, o presente plano de lei visa autorizar a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, imbuída pela legalidade e constitucionalidade da matéria, através de sua Relatora, Deputada Emília Belinati, apresentou requerimento solicitando que a Secretaria de Estado dos Transportes se manifestasse a respeito. Em resposta, o Secretário Estadual dos Transportes, Mário Pereira, sugeriu modificação na redação do art. 1º, do referido projeto de lei, segundo análise pelo setor competente do D.E.R.

Assim sendo, esta Comissão, através do seu Relator, posiciona-se pela aprovação do presente projeto de lei, na forma de emenda modificativa em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões em 06.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA
DA C.O.P.T.C.,
AO PROJETO DE LEI Nº 525/91

Art. 1º - Passa a ter a seguinte redação o art. 1º do Projeto de Lei nº 525/91:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover estudos, no sentido de avaliar a necessidade da integração do transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba."

Sala das Sessões, em

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 525/91. - Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) dias, do Projeto de Lei nº 525/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que autoriza o Poder Executivo a realizar

procedimentos para construção de Rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. EMENDA da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 153, de 20.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 529/91

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 529/91, de autoria do Sr. Deputado José Alves, que pretende autorizar o Poder Executivo a realizar procedimentos para construção de rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no município de Tibagi, deduz-se que o mesmo não fere dispositivo constitucional - ainda mais por tratar-se de medida meramente autorizatória - estando, portanto, em condições de ser aprovada pelo duto Plenário, observando-se, no entanto, os termos da Emenda Modificativa ao Parágrafo Único do Art. 1º anexa, redigida de forma a melhor adequá-lo à linguagem utilizada na redação da proposição:

Parágrafo Único - Entre as normas que o Poder Executivo baixar para a execução da presente lei, poderá estabelecer que parte ou total das despesas da construção da referida rodovia serão ressarcidas através de cobrança de pedágio.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 529/91

P A R E C E R:

Procedendo a análise do projeto de lei acima explícito, de lavra do Sr. Deputado José Alves, e que propõe a concessão de autorização ao Poder Executivo a realizar procedimentos para a construção de rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no município de Tibagi, esta Comissão não encontrou, dentro de sua competência, óbice que não permita a sua apreciação em plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões em 06.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, embora de caráter autorizatório, o projeto de lei do Deputado José Alves autoriza o Poder Executivo Estadual a realizar procedimentos com a finalidade e construir uma rodovia pavimentada, interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, com pistas duplas nos dois sentidos.

Entendemos que realmente é um projeto do mais alto interesse do Estado do Paraná e entendemos mais ainda e colhemos subsídios do próprio discurso do Deputado José Alves, na tarde de hoje, quando fala das condições de tráfego da BR-376, a nossa tão querida Rodovia do Café.

É evidente que o pronunciamento do Deputado deve se referir ao trecho existente adiante de Maringá, porque de Maringá a Apucarana e até Curitiba a estrada não apresenta tantos problemas em seu leito, talvez apenas a falta de uma melhor sinalização horizontal, mas quanto ao pavimento a estrada não está tão ruim assim, até porque teve melhorias realizadas ainda no decorrer do Governo Richa, Alvaro Dias e no período em que Affonso Camargo estava à frente do Ministério dos Transportes.

O parágrafo único do projeto estabelece prazo de 120 dias para o Executivo baixar normas podendo entre elas estabelecer parte ou o total das despesas de construção.

Todos sabemos que não é competência do Poder Legislativo estabelecer este tipo de comportamento. Para isto temos a peça orçamentária que foi votada no ano passado.

Portanto, no nosso entendimento, este assunto deve ser tratado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por ocasião da votação do orçamento, e não através de um projeto de lei que, embora autorizatório, fere os princípios de constitucionalidade ao atribuir despesas e fixar prazos para o presente exercício, quando já temos um orçamento em execução.

O SR. JOSE ALVES - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSE ALVES - Senhor Presidente.

O nosso Estado, como todos sabem, é carente de rodovias. E esta rodovia, Maringá-Faxinal dos Mendes, que é um sonho de todo o Norte do Paraná e também do Noroeste, viria facilitar tanto o nosso Estado como o Estado de Mato Grosso e outros Estados, que teriam uma rodovia encurtando a distância da Capital do Estado à Maringá em 70 Km.

É lógico que o Governo não terá dinheiro para a construção de uma rodovia desta envergadura. Em nosso projeto se diz que o Governo poderia abrir concorrência para que as empresas que se interessassem cobrariam um pedágio por um determinado tempo que aí ficaria a critério de estudos do Governo do Paraná. Isto a exemplo do Estado de São Paulo, onde muitas rodovias foram construídas e as empresas que constituíram usufruem por um determinado tempo da cobrança do pedágio.

Acho que seria a redenção do Norte do Paraná, do Estado do Mato Grosso, do Estado de São Paulo, e nós, do Norte do Paraná e Noroeste, ficaríamos privilegiados no transporte e a rodovia 376 ficaria para quem quisesse usar.

Talvez muitos pudessem dizer: "mas não vou pagar pedágio". Quer dizer, desafogaria o trânsito na Rodovia 376, facilitaria muito e nós livraríamos da desastrosa Serra do Cadeado que aquilo ali, queiram ou não, é um cemitério de motoristas do Norte do Paraná, principalmente de Maringá, de Londrina, de toda a nossa Região. Nestes cinco anos que viajamos por esta estrada, o que já presenciamos de acidentes e mortes, é um número que nos deixa assustados.

Está aí o nosso projeto. Não vai ser usado o dinheiro dos cofres do Estado. Estamos pedindo que S.Exa. o Governador e sua equipe técnica, estudem a maneira para que empresas construam a estrada e elas usufruam da cobrança de pedágio pelo tempo que for necessário a combinar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. (É feita a verificação de votação).

Vinte e um (21) Senhores Deputados aprovam.

Dezessete (17) Senhores Deputados rejeitam.

Está aprovado o projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, questão de ordem.

A Bancada do PT não é contrária à construção da rodovia, que queria encaminhar, mas que vou justificar agora.

Não somos contrários à construção dela, mas à maneira como foi elaborada, como projeto autorizatório, que coloca a cobrança de pedágios sem maiores definições de critérios de como se efetuará a construção e a cobrança desses pedágios nesse sentido é que nós somos contrários, e não contra a rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - FUNDO PARANAENSE DE HABITA-

ÇÃO POPULAR. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 162, de 04.12.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 571/91

P A R E C E R:

Visa este projeto de lei fixar critérios e normas para a execução da política habitacional do Paraná, bem como autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

O projeto respeita a imposição dos artigos 212 e 213 de nossa Constituição Estadual, e em seu artigo 6º autoriza o Poder Executivo, no prazo de 60 dias, a criar e dotar de recursos orçamentários o citado Fundo, cuja administração é atribuída à COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná.

Opinamos favoravelmente à sua Aprovação e consequente apreciação final pelo douto Plenário!

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 571/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei, objetiva fixar critérios e normas para a execução da política habitacional do Paraná, bem como autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Logrou PARECER favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices Constitucionais, Legais ou Regimentais e, estando dentro da técnica legislativa, somos por sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 571/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, visa estabelecer critérios e normas para execução da Política Habitacional no Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a dotar re-

ursos orçamentários e criar o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto constitucional e legal do Projeto posicionou-se FAVORAVELMENTE.

No mesmo sentido foi o parecer dado pela Comissão de Finanças.

No que compete a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido Projeto de Lei pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORAVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Há um requerimento sobre a Mesa, pedindo a anexação desse Projeto 571 a um outro Projeto.

Apenas informando a Casa que vamos promover uma reunião dia 27 de abril, inclusive com o autor do Projeto. Nós da Bancada do PT temos um Projeto que versa da mesma matéria, inclusive com subsídios da Secretaria Estadual da Habitação e também de entidades ligadas ao movimento de moradias do Paraná, para que possamos construir uma proposta de consciência sobre a política de habitação do nosso Estado.

Inclusive temos já subsídios que foram acrescentados em recente reunião do Fórum de Secretários Estaduais de Habitação e diversos subsídios que estão sendo colhidos junto ao Congresso Nacional, onde tramita um Projeto de natureza semelhante que visa modificação de toda política habitacional no Brasil, e que nós pretendemos, pelo menos vamos tentar, fazer com que o Paraná tenha também o mais rápido possível projeto da mesma natureza, avançado e que esteja em consonância com as discussões que hoje se travam, discussões acumuladas a nível nacional, com movimentos, com entidades, com fóruns, com Secretarias de Habitação.

Então nesse sentido, nós temos esse requerimento - não sei se a Mesa já localizou - pedindo a anexação é que nós estamos comunicando à Casa que vamos tentar promover uma reunião onde inclusive todos os Parlamentares, no dia 27 a partir das 18 horas aqui na Assembléia, estão convidados, porque a questão da habitação no Brasil é uma questão muito importante.

Nós estamos vendo uma série de irregu-

taridades, principalmente no que se refere à aplicação dos recursos oriundos da Caixa Econômica Federal, que são aplicados sem critérios de licitação, por critérios eminentemente públicos, com provas e denúncias de superfaturamento em construção de casas populares, inclusive no Estado do Paraná. Nós estamos levantando esses dados.

Então, gostaríamos que a discussão sobre fundo de habitação no Paraná fosse feita de uma forma ampla, até inclusive, procurando estabelecer mecanismos de controle da sociedade e do Estado sobre a construção de casas populares, que ao invés de servir à população de baixa renda, tem engordado o bolso de algumas empreiteiras e intermediários inescrupulosos.

Então, nesse sentido o tema é da maior relevância, as matérias são similares, e nós estamos entrando em contato com o autor do projeto, com a Secretaria Estadual de Habitação e as entidades ligadas ao setor, para que possamos construir um substitutivo e uma proposta de consenso aqui, a nível do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu gostaria de ouvir de Vossa Excelência, Deputado, se possível, parece que Vossa Excelência acusou superfaturamento no Projeto das Casas da Família do Governador Roberto Requião?

O SR. ERNANI PUDELL - Não. Estou falando das casas financiadas pelo sistema da Caixa Econômica Federal que tenha, até vou citar um dado ao Deputado...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Perfeito.
Com relação à Caixa Econômica, eu tenho conhecimento. Pensei que Vossa Excelência havia acusado o Projeto da Casa da Família.
Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas dando um esclarecimento a Vossa Excelência, a idéia é que esses recursos da habitação popular sejam colocados nesses fundos, inclusive o Paraná tem que brigar para que o dinheiro venha aos fundos do Paraná, onde temos condições de uma fiscalização mais ampla e a construção que nós - inclusive levantamos em Cascavel, um conjunto habitacional feito pela Caixa Econômica Federal custando quatro vezes mais do que o custo da Casa da Família - quer dizer, nós temos condições de fazer quatro vezes mais habitação com uma prestação correspondente em apenas um quarto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Essa questão, Deputado, inclusive o próprio Governador Roberto Requião tem denunciado pelo

Paraná inteiro, esse abuso, inclusive esse assalto que existe do financiamento das casas pela Caixa Econômica. O próprio Governador do Estado vem denunciando. E o projeto do Governo, se fizermos um comparativo, Vossa Excelência poderá ver que a casa que o Sr. Governador fabrica é de maior metragem e um custo bem menor e uma prestação acessível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procedente a Questão de ordem.

Os Srs. Deputados que aprovam a anexação...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar. (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu entendo que a anexação deveria se proceder do projeto, embora tenha procedência no mérito, mas a anexação deveria ser do Projeto 373/91 ao 571/91, tendo em vista que o 571/91, de autoria do Deputado José Afonso, já tramitou pelas Comissões, recebeu pareceres e se encontrava em condições, tanto que foi incluído na ordem do Dia por Vossa Excelência.

Eu vejo que não existe nenhum prejuízo às pretensões da Bancada do PT, quando faz este requerimento de anexação, se nós votássemos o projeto de autoria do Deputado José Afonso, em Primeira Discussão hoje e que a proposta da Bancada do PT, como qualquer outra proposta porventura existente de outros Srs. Parlamentares, possa ser anexada a este projeto numa forma de emenda, na forma de substitutivo a partir da segunda discussão do projeto.

É um assunto que merece urgência na sua tratativa aqui na Casa, ele já vem sendo protelado a algum tempo, já tivemos bastante tempo para este assunto ser debatido nas comissões então eu entendo que a medida mais prudente, mais inteligente da Assembléia neste momento é votarmos em primeira discussão o projeto do Deputado José Afonso, que está revestido de constitucionalidade, atendendo a todos os princípios do nosso regimento, e que na sessão em que se discutir a segunda discussão, possa a bancada do PT, como os demais parlamentares, apresentar substitutivo ou emendas a este projeto, atendendo plenamente o que pretende o Deputado Ernani.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de anexação conservem-se como estão.

Rejeitado.

Em votação o projeto...

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Pela

Ordem.

(Assentimento).

Por que o nosso projeto, que foi apresentado com antecedência, de maior amplitude, até hoje não tramitou pelas Comissões da Casa, que embora tenha precedido este projeto não foi apreciado? Eu até iria concordar inicialmente com a proposição do ilustre Orlando Pessuti, de que o nosso fosse anexado a este.

Agora, nós temos uma discussão, já que está sendo envolvida há muito tempo com o autor do projeto, com a secretaria, com os movimentos populares e não temos o interesse nenhum de ter a paternidade do projeto. Agora, são estranhas essas atitudes. Infelizmente não sei por qual razão, o porquê dos projetos da bancada do PT não tramitam normalmente pelas comissões. O nosso objetivo também é fazer com que a lei que regulamenta a questão da habitação no Paraná seja a melhor possível. Não temos nenhum problema, nenhuma preocupação em apoiar idéias e projetos que sejam melhores que os nossos e que atendam os interesses da população mais carente do nosso Estado, nós, com certeza, daríamos apoio como vamos dar.

Agora, transformar o nosso projeto mais apelo em substitutivo, eu entendo que não é o procedimento correto, Sr. Presidente, porque ele vai nos retirar a possibilidade de discutir, inclusive o nosso projeto, que é mais amplo que este, sendo apresentado como substitutivo, nós vamos perder a oportunidade regimental de ver com que esse projeto seja modificado, porque aí vale o original ou o substitutivo. Quer dizer, se este projeto retornar amanhã, vamos atropelar e vamos impedir que a discussão que estamos tentando estabelecer à proposta de consenso a nível de secretaria, das entidades populares, do autor desse projeto da Bancada do PT, enfim, de todos os interessados, inclusive dos Srs. Deputados, sejam contemplados no substitutivo. Não importa se é o nosso ou se é do "Zé" Afonso, o importante, o que queremos é que uma proposta de consenso, a melhor possível, atenda aos interesses do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer saber por que o projeto do PT não andou? É um enigma. Vamos verificar.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, então, eu faço um requerimento a Vossa Excelência: se o projeto for aprovado em primeira discussão, que ele aguardasse um pouquinho na gaveta, exemplo do nosso, até voltar em segunda discussão para que pudéssemos, quando apresentar o substitutivo, que ele não fosse nosso, mas que

fosse de todas as forças, de todas as pessoas interessadas que militam na área e que possam trazer um melhor projeto, inclusive em forma de substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa apreciará o requerimento de Vossa Excelência na sessão de amanhã.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 571/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que prevê equiparação de vencimentos entre os escrivães de polícia e os escrivães oficializados do foro judicial. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 163, de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 578/91

P A R E C E R:

O Deputado Lourenço Fregonese propõe, pelo projeto de lei em análise, que os vencimentos dos escrivães de polícia não serão inferiores àqueles atribuídos aos escrivães ou titulares de Cartórios oficializados do Foro Judicial.

Em que pese a justificativa do autor da proposição, embasada no art. 37, incisos XII e XIII e art. 39, § 1º, da Constituição Federal, bem como nos arts. 27, XII e 33, § 2º, da Constituição Federal, o projeto de lei é manifestamente inconstitucional, haja vista o disposto no art. 66 e seu inciso I, que estabelece como privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

Em sendo assim, somos de parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 578/91.

E o parecer.

Sala das Comissões em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 578/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, cujo autor, Deputado Lourenço Fregonese, propõe que os vencimentos dos escrivães de polícia não serão inferiores àqueles atribuídos aos escrivães ou titulares de Cartórios oficializados do Foro Judicial.

Sobre a matéria em questão, houve pronunciamento contrário da Comissão de Cons-

tituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, acompanhamos a Comissão de Constituição e Justiça, e somos de parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 578/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 578/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, o Projeto de Lei nº 578/91, ora sendo examinado por esta Comissão de Segurança Pública, prevê equiparação de vencimentos entre os escrivães de Polícia e os escrivães oficializados do foro judicial.

A matéria já mereceu por parte da Dou- ta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, parecer Contrário.

Pela inconstitucionalidade, baseada no art. 66, inciso I da Constituição Estadual, o presente plano de Lei, mereceu por parte desta Comissão parecer CONTRÁRIO, opinando-se ainda pela rejeição do mesmo.

E parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, da mesma forma que procedemos o encaminhamento de projetos anteriores, votaremos contrário a esse projeto, porque entendemos não ser competência do Poder Legislativo tratar de equiparação de vencimentos entre escrivães de polícia e os escrivães oficializados do foro judicial, porque entendemos salvo melhor juízo, integram até poderes distintos.

E também em função dos pareceres da C.C.J., da Comissão de Finanças e da Comissão de Segurança Pública, todos por unanimidade contrários ao projeto de lei. Então, não vejo razão para que não votemos contrariamente a esse projeto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)

Esse projeto que equipara os vencimentos dos escrivães vai abrir um precedente bastante interessante nesta Casa, pois hoje mesmo, daqui a alguns instantes, eu terei que relatar um projeto do Poder Executivo que diferencia vencimentos de cargos e atribuições semelhantes.

Eu só gostaria de dizer que as três

comissões foram contrárias ao meu projeto, alegando que é competência do Governo do Estado. Só que as três comissões conflitam com a Constituição Federal e também com a Constituição Estadual. Isso comprova que do jeito que as coisas estão, do jeito que a Constituição Brasileira, a paranaense está, as coisas não podem andar neste País. É um conflito de leis e um conflito de interpretações que acabam prejudicando toda uma Nação e toda uma classe.

Hoje eu pediria aos Senhores que desconsiderassem os três pareceres das comissões e votassem, porque é uma questão de justiça é uma questão constitucional, porque amanhã estaremos aqui reunidos, votando pelo funcionalismo público do Estado do Paraná em níveis diferenciados em inúmeros projetos.

O que eu gostaria de dizer é que a lei deve valer para todos e não somente para os interesses do Governador do Estado do Paraná. A Lei foi feita para o povo brasileiro e não para os governantes do povo brasileiro. A lei foi feita para os funcionários públicos que através dos anos escolhem seus governantes, agora, não podemos permitir que posições arbitrárias, posições imperativas se sobreponham às posições do povo brasileiro e do povo do Paraná.

Por isso eu pediria aos Senhores Deputados que desconsiderassem os três pareceres das comissões porque a interpretação constitucional é muito, mas muito difícil de se considerar neste caso. Como já disse o meu companheiro Orlando Pessuti - SMJ - sem maiores justificativas e melhor juízo.

Portanto, Senhores Deputados nós não poderemos votar uma matéria, aqui hoje, e nos contradizermos amanhã. Votemos então em nome do povo brasileiro e em nome do povo do Paraná.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - O

projeto em si, seria importante, quando diz respeito a repor perdas salariais de funcionários públicos e de trabalhadores, uma vez que o Governo do Estado tem se pautado ao lado de Collor no achatamento salarial dos servidores.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não é verdade.

O SR. DR. ROSINHA - Então prove amanhã, quando os Secretários terão mais de 100% de reajuste e o simples funcionário público 30%. A inflação para o servidor público é muito mais baixa do que para os secretários. Prove amanhã, nobre líder.

A razão pela qual votaremos contrário não é porque o salário está ótimo, mas é que cada função é diferenciada uma da outra. São funções diferentes, com exigências de formações diferentes, portanto o

tratamento será diferenciado nesse caso, mas não porque o salário deles é bom.

E nesse sentido que a Bancada do PT se coloca contrário aqui, e amanhã nós vamos discutir para ver se o servidor público do Estado não está seguindo e sofrendo as mesmas consequências do servidor público federal.

Requião Mello cá e Mello lá. São os dois Mello melando o País e o Estado, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

E no sentido contrário tendo pareceres contrários.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O SR. JOSE TAVARES - Que aprovam de acordo com os Pareceres, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

(Pausa).

Deputados que rejeitam o Projeto queiram levantar-se.

(Pausa).

Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/91, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal especial, na forma que especifica a Senhora Maria Berardi. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 171 de 16.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 602/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela objetiva conceder pensão mensal a Senhora Maria Berardi, viúva do Senhor João Berardi, funcionário comissionado do Estado, morto no exercício da função de delegado de polícia do município de Nova Tebas, quando em serviço, determinando o plano de lei que a referida viúva receba pensão mensal no valor correspondente a remuneração do cargo de provimento em comissão de simbologia 9-C. No âmbito a que esta comissão é chamada a opinar, temos que a matéria não sofre óbices de natureza constitucional ou regimental, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação por esta Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 602/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur, o qual concede pensão mensal especial a Senhora Maria Berardi, viúva do funcionário público comissionado, Senhor João Berardi, morto no exercício da função de Delegado de Polícia do município de Nova Tebas, foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis, tendo sido devidamente aprovada em seu aspecto legal e constitucional.

Sob a análise da Comissão de Finanças, tendo em vista o caráter altamente relevante e de existirem disposições semelhantes já aprovadas houve por bem, referendar o pedido e aprovar a sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, conforme o proposto.

Portanto, somos de parecer favorável. E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós queremos encaminhar o Projeto nº 602 e o Projeto nº 603 ao mesmo tempo, uma vez que ambos criam pensão mensal especial e ambos de autoria do Deputado Orlando Pessuti e do Deputado Renato Adur.

Nós entendemos, independente de quem seja a pessoa, independente de quem seja a viúva ou o viúvo, independente de quem seja a trabalhadora, que criar pensão especial é criar especificidade, é criar diferenças em relação a outros trabalhadores. Por que os nobres Deputados que querem dar pensão para amigo, conhecido ou parente, ao amigo de não sei quem, ao compadre de não sei quem, porque que eles não aproveitaram e criam pensão especial para todos os trabalhadores paranaenses que percebem miséria ou metade de salário mínimo como são os trabalhadores rurais? Ficam tratando especificidade com fisiologismo e clientelismo político para ganhar voto de alguns parentes e de alguns amigos, aí criam pensões independente de quem seja.

A C.C.J. no ano passado deu parecer contrário a todo este tipo de projeto que lá caiu. Este aqui a CCJ deu parecer favorável. Não sei porque que a diferença de tratamento entre os Projetos anteriores de criar pensões especiais com este agora.

Enquanto os trabalhadores rurais não

têm condições de ter aposentadoria ou pensão porque o Estado os oprime e o Parlamento nem muitas vezes os ajuda. E o mesmo Parlamento que às vezes ajuda a oprimir, ajuda a criar diferenças como é este o caso.

Portanto, a Bancada do PT vota contrário a essas pensões especiais e condena a qualquer ato que venha a criar pensões especiais, porque então vamos votar que todos os trabalhadores do Paraná aposentados ou então que são viúvas que recebem pensão especial do Governo do Estado. Desafio os dois a apresentar atendendo necessidade de toda a classe trabalhadora que está aí sendo massacrada. Agora, para os compadres, para as comadres, para os parentes, para os amigos, para o cabo eleitoral, aí tudo bem.

Vamos lá, PMDB...

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) -

Nobre Deputado Rosinha expôs suas posições, mas, Senhor Presidente, eu não sei se é do conhecimento do nobre Deputado e desta Casa, o que nos levou a entrar com este Projeto: no mês de setembro de 1991, quando de um seqüestro, do Tolardo, de Maringá, os sequestradores foram até a região de Nova Tebas, região central do Estado do Paraná e o Delegado calça curta, portanto um funcionário comissionado do Estado do Paraná, um servidor público comissionado, no exercício das suas funções foi à cata dos sequestradores, buscando libertar esse sequestrado Tolardo. E no exercício da sua função foi recebido com uma rajada de metralhadora. Caiu morto instantaneamente.

Um cidadão, servidor do Estado, no exercício de sua função comissionada, um Delegado calça curta, representando civicamente os interesses de uma população inteira do Estado, no momento em que no exercício da sua função cai inerte, batido por uma metralhadora, por sequestradores, deixando mulher e filhos menores à mingua, sem ter o que comer, sem ter aonde residir, porque moravam em casa alugada, não é justo, nobre Deputado Rosinha, que queiramos equiparar...

(vozes paralelas)

O SR. DR. ROSINHA - Como funcionário público tem a pensão.

O SR. RENATO ADUR - O nobre Deputado não entendeu bem ou não entende a legislação do Estado. Nós acabamos de dizer que era um cargo comissionado. Então, um cargo comissionado, o nobre Deputado entende o que significa um cargo comissionado. Todos nós aqui sabemos o que é isto.

Então, nestas circunstâncias foi levado este caso até Sua Excelência o Senhor

Governador do Estado do Paraná que sensibilizado autorizou o nosso Líder, Deputado Orlando Pessuti, e a este Deputado que vos fala, que entrasse com o projeto de lei porque entendia ser da maior relevância a concessão, deste benefício à viúva, independente, de ser cabo eleitoral ou não, porque esse cidadão exercia suas funções há muitos e muitos anos, nesta região de Nova Tebas desde quando lá era Distrito.

Portanto, nós entendemos Senhor Presidente, Senhores Deputados, como sendo da maior relevância, da maior importância esta questão. Daí porque propusemos este projeto de lei a esta pensão.

Entendemos também que as pensões a viúvas de ex-prefeitos e tudo o mais, como temos decidido nas comissões, compartilhamos da mesma opinião, a competência é do município, mas num caso desse, como era servidor público estadual, no exercício das suas funções, como servidor público comissionado, entendemos da maior justiça a concessão desse benefício.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para Encaminhar).

Senhor Presidente.

Invariavelmente eu tenho votado contra projetos de lei dessa natureza e aí eu comungo com o pensamento do nobre Deputado Florisvaldo Fier, que não é possível se privilegiar viúvas de prefeitos, de ex-prefeitos em detrimento de toda a massa trabalhadora do Estado.

Entretanto neste caso, é um exceção, Senhor Presidente. Votarei favoravelmente ao projeto de lei, porque eu conheço também a história. Sei que era um delegado comissionado e que a família ficou na mais absoluta miséria, sem nenhuma proteção por parte do Estado; e ele sacrificou a sua vida no cumprimento e no exercício de suas funções policiais a serviço da comunidade paranaense.

Por isso eu voto favoravelmente ao projeto, quebrando também, uma tradição que venho mantendo nesta Casa.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, como disse o Deputado Rosinha, na Comissão de Justiça sempre nos posicionamos contrariamente a projetos dessa natureza. Neste parecer, consta aqui nossa assinatura, mas com a prova do Deputado Presidente, questionamos na Comissão de Justiça e registramos por duas vezes, nossa posição contrária a esse projeto, não por ser contrário.

É um direito de família que deve estar passando por sérias necessidades, passando fome, miséria eu diria por irresponsabilidade de alguém, e podemos até atribuir a

esta Casa, a irresponsabilidade de famílias que nesse Estado, sofrem essa situação hoje, porque é um delegado suplente, um servidor público que se enquadra numa função, sem ter nenhum amparo, não dá para admitir que isso ocorre no Estado do Paraná e em nenhum Estado do País.

O projeto, inclusive, é inconstitucional e é flagrantemente contra o Artigo 5º da Constituição Federal quando diz que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, nos termos seguinte:..."

Dessa forma, queremos registrar que não somos contra o direito de estas pessoas receberem uma pensão do Estado, porque é uma irresponsabilidade sim, talvez desta Casa, talvez do Governo do Estado, de quem quer que seja, deixar casos desses ao léu, sem nenhuma garantia.

Mas, o que questionamos são tantos outros casos que estão iguais nesse Estado. Esse caso comoveu a opinião pública, porque podemos relatar, como disse o Deputado Renato Adur. Foi um caso hediondo, que saiu no País inteiro, um caso de seqüestro que comoveu a sociedade, mas tantos outros casos, que se nós relatássemos aqui, nos deixariam muito mais comovidos.

Por isso, na Comissão de Justiça, lembro que temos vários projetos dessa natureza, apresentados no ano passado, e que encaminhamos todos, quando o próprio Deputado José Tavares, que é conhecedor da área de segurança, se propôs e nós, vários Deputados solicitamos a sua participação para elaboração de um projeto de lei que abrangesse todos esses casos de servidores do Estado, que estão pendentes.

Portanto, votaremos contrários a esse projeto, como já disse o Deputado Rosinha. Mas não quanto ao seu mérito, porque há necessidade de se garantir a esses trabalhadores o direito à sobrevivência depois de um acidente destes; mas não dessa forma, discriminando.

Tantos outros casos já estão pendentes nesta Casa e também flagrando aí o Artigo 5º da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/91, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal especial, na forma que especifica, a Senhora Genir Silva Justino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 171, de 16.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 603/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela objetiva conceder pensão mensal especial a Senhora Genir Silva Justino, viúva do Senhor Pascoal Justino, funcionário comissionado do Estado, morto no exercício da função de 1º suplente de delegado de polícia do Município de Nova Tebas, quando em serviço; determinando o plano de lei que a referida viúva perceba a pensão mensal no valor correspondente à remuneração no cargo de provimento em comissão de simbologia 9-C.

No âmbito a que esta comissão é chamada a opinar, temos que a matéria não sofre óbices de natureza constitucional ou regimental, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, por esta Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 603/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur, visa conceder pensão mensal especial, a Sra. GENIR SILVA FAUSTINO, viúva do Senhor PASCOAL JUSTINO, funcionário comissionado do Estado, morto no exercício da função de 1º Suplente de Delegado de Polícia do Município de Nova Tebas, foi devidamente analisado pela C.C.J. desta Casa, tendo sido aprovada a sua tramitação.

Essa Comissão de Finanças chamada a opinar, houve-se por bem exarar parecer favorável à sua aprovação, visto a justeza do objetivo e não existência de impedimentos para o seu prosseguimento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Tanto o anterior, o 602 como o 603 registramos o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

605/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 151/91, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos, destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 605/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 a 1995.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderão o Poder Executivo vincular às quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.12.91.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 151/91, o projeto de lei em questão objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos pelo tesouro estadual e para concessão de garantias e prestação de aval ou fiança a operações contratadas pela administração indireta estadual.

No que esta comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria atende aos requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 151/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 605/91.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 605/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/92, de autoria do Deputado NILTON CÉSAR SERVO, que institui a concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números junto à Loteria Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 07, de 25.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 032/92

P A R E C E R:

Objetiva tal proposição autorizar o Poder Executivo a instituir concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números junto a Loteria Estadual.

Por tratar-se de projeto meramente autorizatório, nada obsta sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável,

opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 032/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nilton César Servo, que autoriza o Poder Executivo a instituir como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas pré-fixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio denominado LOTOZOO.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer favorável em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

Dentro do aspecto financeiro, o qual cabe a esta Comissão se manifestar, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10^ª (dez) sessões do Projeto de Lei nº 032/92.

Retirado pelo autor.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos dar encaminhamento e registrar aqui o voto contrário a este projeto, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não porque entendemos que a situação do jogo do bicho deva permanecer como está. O jogo do bicho é uma instituição que faz parte da cultura popular em nosso País e que praticamente convive com o dia a dia de tantos milhões de brasileiros.

Mas entendemos que, do ponto de vista constitucional, é preciso primeiro que se modifique os dispositivos penais que são aplicados a espécie e que deve ser feito a nível de Congresso Nacional.

Portanto, teríamos que, em primeiro lugar, eximir de qualquer penalidade a atribuição de realizar o jogo do bicho. Em segundo lugar também somos nós, em princípio, favorável à regulamentação des-

sa matéria até para evitar que continuem os trabalhos do jogo do bicho sendo uma porta de entrada para a criminalidade no nosso País.

Porém, entendemos que matéria dessa natureza, relevante, carece uma discussão mais ampla, com toda a sociedade. E é necessário também que esse projeto seja discutido e aperfeiçoado quando for o caso, quando houver a modificação dos dispositivos penais a nível nacional, a nível de Congresso Nacional e também uma maior discussão sobre o projeto.

Vejam os Senhores Deputados que inclusive o projeto fixa um determinado percentual a nível de impostos, a nível de taxas a essas atividades do jogo do bicho; mas não fixa garantias a quem joga. As taxas são muito pequenas, de 5%. Quer dizer, são uma série de questões que devem ser debatidas a nível de sociedade.

Nós sabemos que o jogo do bicho hoje é uma atividade de milhares de pessoas no nosso Brasil, normalmente os cambistas são os desempregados, pessoas deficientes físicas, muitas vezes sem o respaldo da Previdência Social e que se utilizam deste trabalho para sobreviver. Porém, há o outro lado: há o grande, há o bicheiro. Ele normalmente absorve os lucros dessa atividade e que, no nosso entendimento, esta questão deve ser melhor tratada, não num projeto singelo. No nosso entendimento não precedido da revogação dos dispositivos que transformam essa atividade em contravenção no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, eu declino do encaminhamento diante da informação do Líder de que nós vamos votar contra esta matéria até porque ela não é da nossa competência. É uma matéria da competência do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão.
Rejeitado.

1^ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 12/92, que revoga o artigo 190, com seus incisos I e II e parágrafo único da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 12 de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 042/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 12/92, revoga o artigo 190, com seus incisos I e II e parágrafo único da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Encontra-se o processado de acordo, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 042/92

AUTORIA: Poder Executivo

P A R E C E R:

A Mensagem nº 12/92, oriunda do Palácio do Governo, em 09.03.92, foi transformada em Projeto de Lei sob o nº 042/92, o qual submetido a primeira apreciação pela douta Comissão de Constituição e Justiça obteve parecer favorável por unanimidade de seus pares, visto, segundo consta, nada haver de irregular em sua natureza regimental.

A matéria revoga o artigo 190, e seus incisos I e II, bem como o parágrafo único da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Aproveita o texto legal em incluir no Art. 189, da referida Lei (nº 6174), um parágrafo 5º, avocando para o Poder Executivo regulamentar a concessão de diárias na esfera do Governo do Estado.

Chamado a opinar esta Comissão de Finanças entende que nada consta que impeça a sua tramitação dentro da Assembléia Legislativa, sendo portanto de parecer favorável à presente matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - O Projeto de Lei nº 42/92, de autoria do Poder Executivo está revogando dois incisos do artigo 190 e o parágrafo único da Lei nº 6174. Este artigo disciplina a questão das diárias fixadas no Estatuto do Servidor Público.

O Governo Roberto Requião, ao seu gosto, e ele tem muito gosto por isto, revo-

ga leis por decreto ou às vezes ele se torna um pouco mais modesto, como no caso, e quer revogar um artigo para fixar por decreto as diárias, com a inteira liberdade de todo ser autoritário e ditador, como é o caso do Governador. Por que não substituir, se ele está insatisfeito com estes artigos, substituir este artigo e estes incisos por outros, que seria a maneira mais democrática de legislar? Não. Ele revoga, simplesmente risca, e pede a autorização para fazer tudo isso por decreto, fechado no seu gabinete, a seu bel prazer.

Por isso, a Bancada do PT vota contra este tipo de questão. Nós entendemos que tem que democratizar e não dar maiores poderes para o rei, para que ele seja cada vez mais autoritário.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Quero, inclusive, fazer uma sugestão ao ilustre Líder do Governo, para que peça a retirada deste Projeto da Assembléia Legislativa e que o Governador do Estado elabore uma proposta destes critérios para a concessão das diárias, para que à luz destes critérios, já previamente estabelecidos nós possamos travar uma discussão com os interessados, no caso da população, os servidores e esta Casa, e tendo claros estes critérios nós possamos, perfeitamente, aprovar posteriormente, através de projeto de lei, enviado pelo Poder Legislativo.

O que nós não podemos é revogar os dispositivos constantes do Estatuto do Servidor Público, sem que o Governador do Estado diga quais os critérios que ele vai, depois, definir, a seu inteiro juízo, os critérios através de decreto. É fundamental que se esta regra, este benefício foi instituído por lei, que ele seja modificado por lei. Nós não somos contrários, de forma alguma, ao aperfeiçoamento da legislação, no que se refere ao funcionalismo público, à correção de distorções, de problemas, e etc.

O que nós não podemos é entregar ao Governador do Estado a única responsabilidade em regulamentar esta matéria, que é inclusive também de competência deste Poder Legislativo.

Então, nós pedimos ao ilustre Líder do Governo que retire o projeto e que o Governador do Estado que já deve ter em mente quais seriam os novos critérios que iriam compor a regulamentação da concessão

de diárias, que ele envie a esta Casa, até para que nós, eventualmente, possamos melhorá-lo e aperfeiçoá-lo. Tenho certeza de que o Poder Legislativo não se furtará à análise desta questão, como tem feito, sistematicamente, e na grande maioria das vezes, dado guarida às pretensões do Governo.

O que nós não podemos é delegar ao Poder Executivo a competência para regulamentar esta questão tão importante a todos os servidores do Estado, por decreto. Isto não coaduna com o espírito democrático, com a luta que o próprio PMDB desenvolveu neste País, em favor da valorização do Poder Legislativo e do controle cada vez maior do Poder Executivo por parte da sociedade.

Então, é isso o que nós teríamos a sugerir ao ilustre Líder do Governo e nós entendemos que aí, sim, nós teríamos condições, todos, de apreciar e aprovar a matéria, com os critérios já bem delimitados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Apenas para salientar que aquilo que o Deputado Ernani Pudell solicita de parte do Poder Executivo, consta da Mensagem 02/92, em suas explicações à Assembléia Legislativa, dizendo de como se procederá como acontece hoje.

Então eu acredito que aquilo que Vossa Excelência está reivindicando já consta na justificativa encaminhada. Por essa razão nós votaremos a favor da Mensagem de Sua Excelência o Governador.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, a justificativa integra a lei ou é apenas arrazoado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência sabe mais do que eu. Não integra.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu apenas queria registrar que, data venia, a justificativa não integra o corpo da Lei.
(Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.
Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Voto do PT contrário e muitos integrantes da Oposição.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/92, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que autoriza a Prefeitura Municipal de Terra Rica, a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola como salas de aula para Cursos Supletivos, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CECE, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15 de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 055/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Terra Rica a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Ignácio de Loyola como salas de aula para cursos supletivos, e dá outras providências.

O projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos constantes do Regimento Interno desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Do ponto de vista constitucional e legal nada há que impeça a destinação de salas de aula do Ginásio Estadual para a implantação do Curso Supletivo, pela Prefeitura do Município.

Desta forma, opino favoravelmente a tramitação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 055/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, o projeto de lei nº 055/92, tem por finalidade autorizar a Prefeitura Municipal de Terra Rica a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, como salas de aula para cursos supletivos.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende a dispositivo constitucional, essa Comissão de Educação, Cultura e Esportes emite seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 459, de autoria do Senhor Deputado João Preis,

constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 456, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 470, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 457, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 461, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 472, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia, José Tavares, Dirceu Manfrinato e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 471, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 466, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 467, 468, 469, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 460, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 442, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 463, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A inclusão do 571 não é para a Ordem do Dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está incluído.

O SR. ERNANI PUDELL - Então eu faço um requerimento a Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de Vossa Excelência será apreciado amanhã.

O SR. ERNANI PUDELL - É que já estando incluído, Senhor Presidente, nós somos obrigados a apresentar o substitutivo já amanhã, e eu entendo que talvez o próprio Líder do Governo possa concordar com a retirada da Ordem do Dia do projeto até que nós possamos elaborar um substitutivo com uma discussão mais ampla.

Volto a insistir, houve uma discussão recente no Fórum Nacional de Secretários de Habitação, essas propostas nós queremos incorporá-las ao texto desse projeto, e amanhã nós perderemos a oportunidade, só caberá o substitutivo não caberá mais emendas ou aperfeiçoamento do projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, dados os entendimentos - entendimentos eu não diria - mas dadas as conversações que se procederam com o Deputado José Afonso, quando ele encontrava-se neste Parlamento, nós concordamos que o projeto não seja anunciado para a Ordem do Dia de amanhã mas para quarta-feira dia 22 de abril.

O SR. ERNANI PUDELL - Nós temos uma reunião vamos convidar o Deputado José Afonso para o dia 27 às 18 horas, gostaríamos que ele estivesse presente, vamos convidar o Secretário de Habitação do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Quarta-feira dia 22 o projeto vem para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O nobre Líder não concorda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 506, 529, 602/91 e 042, 055/92.

Levanta-se a sessão.